

MESTRADO
CRIMINOLOGIA

Abuso Sexual de Menores: Características e Fatores de Risco

Mafalda Lopes Duarte

Dissertação apresentada para obtenção do
grau de Mestre em Criminologia realizada
sob orientação da Professora Doutora
Ana Guerreiro

M

2024



Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, para a
obtenção do grau de Mestre em Criminologia, elaborada sob a orientação da
Professora Doutora Ana Margarida Esteves Guerreiro

Resumo

O abuso sexual de menores configura-se como um dos crimes mais graves e perturbadores no âmbito da justiça penal, cujas consequências se prolongam muito para além do momento da vitimação, afetando o desenvolvimento físico, psicológico e social das vítimas. Neste contexto, a investigação sobre o abuso sexual reveste-se de particular importância, dado que os seus resultados podem fornecer contributos fundamentais para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

A presente investigação teve como objetivo principal caracterizar o fenómeno do abuso sexual de menores, designadamente ao descrever as características dos intervenientes, dos contextos em que este é perpetrado, os fatores de risco e as necessidades criminógenas dos ofensores deste tipo de crime. Para esse fim, foram analisados 82 processos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), da delegação do Norte, cujos dados foram posteriormente tratados com recurso a um *software* estatístico.

Os resultados obtidos permitiram caracterizar do ponto de vista individual e contextual os indivíduos ofensores e as vítimas, evidenciando padrões relevantes ao nível das trajetórias de vida, história familiar, consumo de substâncias, entre outros fatores de risco frequentemente associados ao comportamento abusivo.

Palavras-chave: Abuso sexual de menores; características; fatores de risco, metodologia mista.

Abstract

Child sexual abuse is one of the most serious and disturbing crimes within the criminal justice system, with consequences that go far beyond the moment of victimization, affecting the physical, psychological, and social development of victims. In this context, research on sexual abuse is particularly important, as its findings can provide fundamental contributions to the development of effective prevention and intervention strategies.

The main objective of this study was to characterize the phenomenon of child sexual abuse, namely by describing the characteristics of the perpetrators, the contexts in which the abuse occurs, the associated risk factors, and the criminogenic needs of offenders who commit this type of crime. To this end, there were analyzed 82 case files from the Directorate-General for Reintegration and Prison Services (DGRSP), Northern Delegation, and the data were subsequently processed using statistical software.

The results revealed the main characteristics of both offenders and victims from individual and contextual perspectives, highlighting relevant patterns in life trajectories, family history, substance use, among other risk factors commonly associated with abusive behavior.

Keywords: Child sexual abuse; characteristics; risk factors; mixed methodology.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, expresso a minha mais profunda gratidão à minha família, em especial aos meus pais e ao meu irmão. Obrigada, Tomás, por seres o meu companheiro de vida. Aos meus pais, um obrigado, por todo o esforço, dedicação e apoio incondicional ao longo destes cinco anos. Obrigada por, mais uma vez, me darem a oportunidade de seguir aquilo que mais amo e me faz feliz. Um “obrigado” nunca será suficiente.

Tia Nelsa, obrigada por me teres acompanhado ao longo destes anos, desde o início da minha licenciatura até ao final desta etapa. Se sou o que sou hoje, muito se deve a ti.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Guerreiro, deixo o meu sincero agradecimento, não apenas pela orientação, disponibilidade, ajuda e incentivo ao longo desta dissertação, como também pelo contributo marcante ao longo da licenciatura, onde me transmitiu conhecimentos valiosos e um verdadeiro apreço pela área.

Agradeço igualmente à DGRSP e a todas as equipas técnicas que colaboraram com esta investigação. Um agradecimento especial à Equipa Junto de EP – Porto, pela forma como me acolheram, integraram e ajudaram.

Aos meus amigos, obrigada pela presença, incentivo e compreensão ao longo deste percurso. À Alice e ao Guilherme, um agradecimento muito sentido pela constante disponibilidade e pelas palavras de apoio, mesmo nos momentos em que também enfrentavam os desafios das suas próprias dissertações.

Por fim, ao meu maior apoio e pilar em todos os momentos da minha vida: o meu obrigada, Diogo! Obrigada por estares sempre ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis.

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CP – Código Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DSM-V – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders– Fifth Edition*

OMS – Organização Mundial de Saúde

Índice

Capítulo I: Enquadramento Teórico.....	5
1. Violência Sexual.....	5
1.1. Abuso Sexual de Menores.....	7
1.2. Características do Abuso Sexual de Menores: Vítimas e Ofensores.....	9
1.3. <i>Modus Operandi</i>	14
1.4. Impactos e Consequências do Abuso Sexual nas crianças.....	16
1.5. Abordagens teóricas da agressão sexual.....	17
1.5.1. Modelo das Quatro Pré-Condições de Finkelhor.....	17
1.5.2. Teoria Integrada de Marshall e Barbaree.....	18
1.5.3. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman.....	19
1.6. Fatores de risco associados ao Abuso Sexual.....	20
Capítulo II: Metodologia.....	23
1. Objetivos e Hipóteses de Investigação.....	23
2. Método.....	23
2.1. Caracterização do estudo.....	23
2.2. Procedimentos de obtenção de dados.....	24
2.3. Instrumento de recolha de dados.....	26
2.4. Procedimentos de análise de dados.....	26
2.5. Amostra.....	27
Capítulo III: Resultados.....	28
3. Caracterização da Decisão Judicial.....	36
Capítulo IV: Discussão de Resultados.....	44
Conclusões.....	49
Bibliografia.....	51
Anexos.....	68

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Equipas de Reinserção Social	27
Tabela 2 – Características Sociodemográficas e jurídico-criminais dos ofensores	29
Tabela 3 – Características sociodemográficas das vítimas.....	31
Tabela 4 – Relação Vítimas-Agressor	32
Tabela 5 – Relação do sexo da vítimas e o meio de acesso à vítima.....	33
Tabela 6 – Local do crime	33
Tabela 7 – Relação entre o local do crime e o sexo da vítima	34
Tabela 8 – <i>Modus Operandi</i>	35
Tabela 9 – Tipo de decisão	36
Tabela 10 – Existência de crime conexos.....	38
Tabela 11 – Relação entre perturbações psicológicas e antecedentes criminais.....	40
Tabela 12 – Fatores de Risco Individuais.....	41
Tabela 13 – Fatores de Risco Familiares	42
Tabela 14 – Fatores de Risco Contextuais.....	43

Introdução

O abuso sexual de menores é entendido como qualquer ato que explora uma criança ou jovem, para a gratificação sexual do perpetrador, que pode ser um adulto, criança ou adolescente (Hutasoit et al., 2024). Este fenómeno é considerado uma das formas mais graves de violência contra crianças e adolescentes, tendo consequências profundamente nefastas para o seu desenvolvimento físico, psicológico e social (APAV, 2019; Ordem dos Psicólogos, 2023). Para além das repercussões imediatas, este tipo de crime pode comprometer, de forma duradoura, a saúde mental, os vínculos interpessoais e o percurso de vida da vítima (Williams, 2012).

Segundo dados divulgados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2024), a maioria das detenções realizadas no âmbito da criminalidade sexual foi no crime de abuso sexual de crianças, seguido do crime de violação. A nível internacional, os dados revelam uma tendência crescente no número de crimes de violência sexual. Entre 2013 e 2023, registou-se um aumento de 79,2% nos crimes de violência sexual reportados pelas autoridades policiais da União Europeia. Só em 2023, foram contabilizados 243.715 crimes desta natureza, dos quais 91.370 foram classificados como crimes de violação, refletindo um aumento de 5,5% face a 2022, com um acréscimo de 7% especificamente nos crimes de violação (Eurostat, 2025).

A complexidade deste fenómeno e o impacto devastador nas vítimas justificam o investimento em estudos que contribuam para a identificação dos fatores de risco e para a elaboração de estratégias preventivas eficazes.

A presente investigação tem como objetivo geral conhecer as principais características e fatores de risco de indivíduos condenados por crimes de abuso sexual de menores. Para tal, este estudo assumiu uma metodologia de natureza mista, combinando a análise de conteúdos de processos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), cujos dados foram, depois, submetidos a tratamento estatístico. A escolha de uma abordagem mista permitiu, por um lado, uma análise aprofundada dos conteúdos dos processos judiciais e, por outro lado, uma análise estatística rigorosa que possibilitou a identificação de características e padrões significativos.

Este estudo pretende, assim, contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre os elementos caracterizadores e necessidades criminógenas dos ofensores de abuso sexual de menores, bem como informar práticas de intervenção e políticas públicas de prevenção, reforçando a proteção das crianças e jovens em contexto nacional.

Assim, esta dissertação encontra-se subdividida em quatro principais capítulos. No Capítulo I, é realizada a revisão da literatura sobre o abuso sexual, abordando a sua definição, características, consequências, *modus operandi* dos ofensores, fatores de risco associados e principais teorias explicativas. O Capítulo II dedica-se à metodologia utilizada neste estudo, incluindo os objetivos, os instrumentos, os procedimentos de recolha e análise dos dados, bem como as questões éticas tinas em consideração para o desenvolvimento deste trabalho. O Capítulo III e o Capítulo IV, respetivamente, dedicam-se à apresentação dos resultados e à discussão dos mesmos.

Capítulo I: Enquadramento Teórico

Este capítulo pretende apresentar uma revisão da literatura sobre a violência sexual e, em concreto, sobre o abuso sexual de menores. Serão, por isso, exploradas as principais definições e características do fenómeno e dos seus intervenientes, *modus operandi*, consequências e impacto para as vítimas. Serão ainda discutidas as teorias explicativas do abuso sexual de menores, bem como os fatores de risco associados à perpetração e à reincidência dos ofensores.

1. Violência Sexual

A violência sexual é amplamente reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, afetando milhões de pessoas em todo o mundo (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2023; Organização das Nações Unidas [ONU], 1993; Organização Mundial da Saúde [OMS], 2002). Trata-se de um fenómeno persistente ao longo da história, transversal a todas as culturas, contextos geográficos e classes socioeconómicas, caracterizando-se pela sua complexidade e pela multiplicidade de fatores causais e consequências para as vítimas (Serafim et al., 2009).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define a violência sexual como “qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou avanços sexuais indesejados, ou atos de tráfico, ou de outra forma dirigidos, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não limitado a casa e trabalho”. Já na perspetiva da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2023), a violência sexual é caracterizada por atos de natureza sexual praticados sem o consentimento da vítima, englobando não apenas agressões físicas, mas também formas mais subtis de violência, como comentários, gestos ou interações de teor sexual indesejados. Esta forma de violência pode ocorrer em diversos contextos, incluindo em relações íntimas, ambientes familiares, profissionais ou mesmo envolvendo desconhecidos. A APAV destaca ainda o impacto profundo que estes atos podem provocar nas vítimas, nomeadamente ao nível psicológico, emocional e social, frequentemente acompanhado por sentimentos de culpa, isolamento e estigmatização, dificultando a denúncia (APAV, 2023).

No contexto jurídico português, a violência sexual pode assumir várias formas e tipologias e encontra-se tipificada no Capítulo V do Código Penal sob a epígrafe – Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Os crimes contra a liberdade sexual, previstos nos artigos 163.º a 170.º, englobam todos os atos de cariz sexual de relevo, como masturbação, sexo oral ou anal, cópula, beijos ou toques com intenção sexual – ou as suas tentativas, quando praticados contra uma pessoa com idade igual ou superior a 14 anos, sem o seu consentimento (Lafayette & Pereira, 2014). Esta tipologia de crimes inclui: coação sexual (art.º 163.º), violação (art.º 164.º), abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (art.º 165.º), abuso sexual de pessoa internada (art.º 166.º), fraude sexual (art.º 167.º), procriação artificial não consentida (art.º 168.º), lenocínio (art.º 167.º) e importunação sexual (art.º 170.º).

Já os crimes contra a autodeterminação sexual referem-se a comportamentos ou atos de natureza sexual dirigidos a menores de 14 anos, cuja proteção se fundamenta na presunção de que estes ainda não possuem o discernimento necessário para consentir de forma livre e consciente em atos sexuais (Lafayette & Pereira, 2014) e encontram-se tipificados do artigo 171.º ao artigo 176.º. Esta categoria abrange: abuso sexual de crianças (art.º 171.º), abuso sexual de menores dependentes (art.º 172.º), atos sexuais com adolescentes (art.º 173.º), recurso à prostituição de menores (art.º 174.º), lenocínio de menores (art.º 175.º), pornografia de menores (art.º 176.º).

Do ponto de vista estatístico, o RASI (2024), indica que a maioria das detenções no âmbito da criminalidade sexual se concentra no crime de abuso sexual de crianças (38%), seguido do crime de violação (20,7%) e de pornografia de menores (13,8%). Esta tendência nacional é corroborada pelos dados divulgados pelo Instituto Nacional de estatísticas (INE, 2023), os quais caracterizam a realidade da violência na infância, estimando que mais de 176 mil (2,3%) foram vítimas de abusos sexuais na infância, por parte de qualquer pessoa. No que diz respeito aos dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2024), verificou-se um aumento de 59,2% no número de atendimentos entre 2020 e 2024. No mesmo período, foram registados 1990 crimes sexuais contra crianças e jovens (6,4%) e 543 crimes sexuais contra pessoas adultas (1,7%). O crime de abuso sexual encontra-se ainda entre os três crimes mais reportados em diversos distritos do país, nomeadamente Aveiro, Coimbra, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real, Porto, Santarém e Madeira, sendo o distrito do Porto aquele com o maior número de ocorrências registadas, totalizando 149 casos.

A nível internacional, os dados evidenciam a elevada prevalência da violência sexual. De acordo com a UNICEF (2017), entre 2005 e 2016, em todo o mundo, cerca de 15 milhões de adolescentes do sexo feminino, quando tinham menos de 18 anos, sofreram violência sexual ao longo de suas vidas. Na União Europeia (UE), a Agência dos Direitos

Fundamentais (FRA, 2014) apurou que uma em cada cinco mulheres (22%) foi vítima de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo desde os 15 anos. No total, estima-se que uma em cada três mulheres na EU tenha sido vítima de violência física e/ou sexual. Quanto à evolução da criminalidade sexual na União Europeia, entre 2013 e 2023, verificou-se um crescimento acentuado. O número de crimes de violência sexual, incluindo violação, registados pelas autoridades policiais, aumentou 79,2% durante esse período. Só em 2023, foram registados 243.715 crimes de violência sexual, dos quais 91.370 corresponderam a crimes de violação, representando um aumento de 5,5% em relação a 2022 (com um acréscimo de 7% nos crimes de violação) (Eurostat, 2025).

1.1. Abuso Sexual de Menores

O abuso sexual de menores é um fenómeno complexo e multifacetado, cuja definição tem sido objeto de estudo nas últimas décadas. Embora frequentemente associado ao conceito de pedofilia (Carlstedt, 2012; Libório & Castro, 2010), é fundamental distinguir ambos os termos, uma vez que representam realidades distintas.

A pedofilia é definida no *DSM-V* como uma parafilia, caracterizada por uma atração sexual persistente e recorrente por crianças pré-púberes, geralmente com 13 anos ou menos, independentemente do sexo da criança (American Psychiatric Association, 2013; Camilleri & Quinsey, 2008). Contudo, esta condição clínica, por si só, não constitui crime (Silva et al., 2013). O enquadramento jurídico apenas considera crime a concretização de comportamentos abusivos, sendo que a pedofilia, enquanto parafilia, só é juridicamente relevante quando se traduz em atos que visam a satisfação desse desejo, nomeadamente através da prática de crimes de abuso sexual. (Lafayette & Pereira, 2014).

O abuso sexual de crianças, por sua vez, implica comportamentos que têm por objetivo a estimulação sexual do agressor ou de terceiros, à custa da exploração de uma criança. Segundo Leeb et al., (2008), o abuso sexual infantil pode ser entendido como qualquer conduta de natureza sexual, consumada ou apenas tentada, envolvendo contacto físico ou não, dirigida a uma criança por parte de um cuidador. Esta definição contempla uma ampla variedade de comportamentos, desde atos sexuais completos ou tentados, passando por toques de natureza sexual não consentidos, até formas de agressão não físicas, como o assédio verbal ou visual, ameaças, exposição forçada a conteúdos pornográficos e a produção ou captação de imagens sexuais não autorizadas. Em determinadas circunstâncias, a criança pode não estar consciente da sua própria vitimização ou não reconhecer de imediato que foi alvo de um ato violento, o que

evidencia a complexidade subjacente à identificação e caracterização deste fenómeno (Murray et al., 2014). Finkelhor (1984) propõe três condições centrais para a identificação do abuso sexual infantil: (1) a existência de uma grande diferença de idade ou maturidade entre os envolvidos; (2) a relação de autoridade ou responsabilidade do abusador em relação à criança; e (3) a ocorrência de coerção, manipulação, engano ou uso de violência.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1999) define o abuso sexual infantil como o envolvimento de uma criança em atividades de cariz sexual que ela não compreende, para as quais não está preparada ou que violam normas legais e sociais.

No contexto português, a ordem dos Psicólogos Portugueses (2023) acrescenta que o abuso sexual infantil compreende qualquer comportamento sexual que envolve uma criança e um adulto, embora possa também ocorrer entre crianças e adolescentes. Nestes casos, a criança é envolvida numa atividade sexual que serve os interesses ou necessidades do adulto, sendo que esta não possui maturidade nem discernimento para compreender plenamente o ato ou prestar o seu consentimento. Este tipo de abuso pode manifestar-se tanto através de comportamentos com contacto físico (como toques ou atos sexuais), como através de comportamentos sem contacto (exibição de material pornográfico, comentários de teor sexual).

Neste enquadramento, a legislação portuguesa, no artigo 171.º do Código Penal, define o crime de abuso sexual de crianças como:

Artigo 171.º

Abuso sexual de crianças

1 - Quem praticar ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 - Se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

3 – Quem:

- a) Importunar menor de 14 anos, praticando acto previsto no artigo 170.º; ou
- b) Atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos;
- c) Aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais; é punido com pena de prisão até três anos.

4 – Quem praticar os atos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

5 – A tentativa é punível.

O crime de abuso sexual de crianças visa, assim, proteger a autodeterminação sexual de crianças com menos de 14 anos, fixando este limite etário como requisito fundamental para a verificação do tipo legal. Quanto ao autor do crime pode ser qualquer pessoa — homem ou mulher, familiar ou não da vítima —, que apresente uma diferença mínima de 5 anos relativamente à vítima (Lafayette & Pereira, 2014).

No que respeita aos atos sexuais previstos no n.º 2 do artigo, considerados mais graves, Oliveira (2017) esclarece que a cópula corresponde à introdução do pénis na vagina, ainda que de forma parcial, com ou sem ejaculação, não sendo, por isso, suficiente o mero encosto ou fricção dos órgãos genitais externos (coito vulvar ou vestibular) para que se configure este conceito jurídico-penal. O coito anal consiste na introdução, mesmo que parcial, do pénis no ânus de outra pessoa, com ou sem ejaculação, enquanto o coito oral se refere à introdução total ou parcial do pénis na boca de outrem, independentemente da ereção ou da ocorrência de ejaculação. Por sua vez, a penetração com partes do corpo pode envolver o uso da mão, dos dedos, do pé, da língua ou até do nariz, desde que ocorra efetiva introdução vaginal ou anal. A penetração com objetos inclui tanto elementos sólidos, como vibradores, pénis artificiais ou próteses, como também substâncias líquidas, nomeadamente sémen ou urina, sempre que utilizados com intenção sexual e com o objetivo de penetração.

1.2. Características do Abuso Sexual de Menores: Vítimas e Ofensores

1.2.1. *Vítimas de abuso sexual*

A literatura parece consensual ao entender que as crianças do sexo feminino são, frequentemente, mais vítimas deste tipo de crime (Martins & Jorge, 2010; Trindade et al., 1992; Ribeiro et al., 2004). O estudo conduzido por Martins & Jorge (2010), que teve por objetivo analisar as características do abuso sexual em crianças e adolescentes com idades entre os 0 e 14 anos, observou que 74,2% das 186 vítimas de abuso sexual infantil eram do sexo feminino. De forma semelhante, Ribeiro et al. (2004), num estudo retrospectivo, exploratório e descritivo que teve como objetivo analisar as características relativas às vitimizações sexuais intrafamiliares, os autores concluíram que, num total de 226 crianças

com idades entre os 0 e os 14 anos, 65,5% era do sexo feminino e apenas 9,7% do sexo masculino.

Esta disparidade de casos de abuso sexual contra raparigas e contra rapazes parece estar envolta de diversas razões. De acordo com Wurtele & Miller-Perrin (1992), os fatores de socialização podem contribuir para que os rapazes subnotifiquem situações de abuso, uma vez que a cultura muitas vezes impõe que os meninos sejam autossuficientes, que o envolvimento sexual seja considerado normal para eles e que a vulnerabilidade seja vista como característica feminina, sinal de fraqueza ou socialmente indesejável. Paralelamente, o receio de perda de reputação masculina e o estigma relacionado com a homossexualidade constituem também barreiras adicionais à revelação da vitimação (Finkelhor, 1984). Além disso, os crimes cometidos contra vítimas do sexo feminino tendem a ser percebidos como mais graves e sérios do que aqueles contra vítimas do sexo masculino. Esta perceção está enraizada em estereótipos de género que associam as mulheres a vítimas num cenário de agressão sexual, em vez de serem perpetradoras (Depraetere et al., 2018).

Outro fator relevante para conhecer as vítimas de abuso sexual é a idade. De acordo com Burkhardt & Rotatori (1995), a idade de uma criança constitui um fator de vulnerabilidade cuja influência permanece pouco clara no contexto do abuso sexual. Segundo os autores, as crianças mais novas tendem a estar sob maior supervisão, o que pode aumentar a exposição a abusos por parte de cuidadores próximos, como pais, familiares ou avós. Já as crianças mais velhas, por terem uma maior autonomia, encontram-se mais frequentemente em contextos sem supervisão, podendo assim estar mais expostas ao risco de abuso por parte de pessoas conhecidas ou figuras de autoridade, como vizinhos, treinadores ou professores (Burkhardt & Rotatori, 1995).

Por outro lado, a idade está também relacionada ao aumento do conhecimento e da conscientização sobre abuso sexual (Wurtele & Miller-Perrin, 1992). Crianças mais novas, devido à sua imaturidade e escassez de recursos verbais, podem não reconhecer o comportamento abusivo como tal ou não conseguir expressá-lo adequadamente. Daro (1991) reforça esta perspetiva ao afirmar que os agressores tendem a escolher crianças mais novas porque são mais suscetíveis a manter segredo.

Este tipo de vitimação pode ocorrer em qualquer etapa do desenvolvimento, com registos de situações que envolvem bebés com idades compreendidas entre os 3 e os 5 meses e que poderão ir até adolescentes com 18 anos – limite a partir do qual o indivíduo deixa de ser legalmente considerado criança.

Apesar da variabilidade, a literatura tem apontado que o início deste tipo de vitimação ocorre, com maior frequência, por volta dos 10 anos (Peter et al., 1986), sendo o intervalo entre os 7 e os 12 anos (Conte & Berliner, 1995; Finkelhor et al., 1990; Gomes-Schwartz et al., 1990; Saunders et al., 1999) apontado como de grande vulnerabilidade e, por isso, de maior recorrência no que respeita à incidência do abuso.

1.2.2. *Ofensor*

De acordo com dados internacionais, os ofensores de crimes sexuais apresentam características sociodemográficas heterogêneas, abrangendo todas as classes socioeconômicas, raças, grupos étnicos e religiões.

No que diz respeito ao sexo do agressor, a literatura aponta de forma consistente que a maioria dos perpetradores de abuso sexual infantil são do sexo masculino (Briere & Elliott, 2003; Edgarh & Ormstad, 2000; Finkelhor 1984; Holmes & Slap, 1998). A título de exemplo, estudos como o de Mateus (2012), que investigou a prevalência do fenómeno do abuso sexual numa amostra de 200 indivíduos portugueses com idades entre os 18 e os 30 anos, residentes no distrito de Lisboa, identificou que 98,8% dos agressores eram do sexo masculino. Também Habigzang et al. (2005) analisaram 71 processos jurídicos referentes a casos de abuso sexual intrafamiliar, nos quais mapearam os fatores de risco associados e caracterizaram as vítimas, os agressores e as famílias, tendo constatado que 97,3% dos perpetradores eram homens. Martins e Jorge (2010), por sua vez, realizaram um estudo sobre as características do abuso sexual em crianças e adolescentes com idades entre os 0 e 14 anos, e observaram que 90% dos perpetradores eram do sexo masculino.

Apesar dessa predominância, alguns estudos alertam para a possibilidade de subnotificação dos casos em que o agressor é do sexo feminino (Lawson, 1993; Maikovich-Fong & Jaffee, 2010; Weiss, 2010). Esta subestimação pode estar relacionada com construções socioculturais que tendem a atribuir uma conotação positiva ao envolvimento sexual precoce de rapazes com mulheres mais velhas (Maikovich-Fong & Jaffee, 2010), bem como com a crença que as mulheres são incapazes de pedofilia ou atração sexual por crianças (Lawson, 1993).

Adicionalmente, o papel tradicionalmente associado às mulheres como figuras cuidadoras – responsáveis por manifestações de afeto físico e cuidados diários – pode facilitar a camuflagem de comportamentos abusivos sob o disfarce de práticas parentais ou afetivas normativas, dificultando a sua identificação a sua denúncia. (Hislop, 2001).

Relativamente à idade dos agressores, os estudos indicam uma ampla variabilidade, com idades compreendidas entre os 12 e os 70 anos (Mateus, 2012). A análise realizada por Martins & Jorge (2010) que analisou as características do abuso sexual em crianças e adolescentes com idades entre os 0 e 14 anos mostra que, entre os agressores do sexo masculino, 25,4% tinha 40 anos ou mais, 21,5% integravam a faixa etária dos 30 aos 34 anos e 9,9% eram adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 14 anos. No caso das mulheres agressoras, observou-se que metade tinha entre 20 e 24 anos, 25% tinham entre 35 e 39 anos e os restantes 25% tinham 40 anos ou mais. De forma complementar, o estudo de Cardoso & Caniço (2015) que teve como objetivo evidenciar a gravidade e abrangência do fenómeno do abuso sexual, e que se baseou numa revisão bibliográfica de publicações entre os anos de 1988 e 2015, identificou que os agressores com idades entre os 15 e os 25 anos foram os mais representativos (27,54%), seguidos pelos que se encontravam entre os 35 e os 45 anos (26,95%). Verificou-se ainda que indivíduos com mais de 60 anos representaram 5,39% dos casos.

Apesar das variações identificadas entre diversos estudos (e.g., Martins & Jorge, 2010; Mateus, 2012; Monteiro et al., 2008; Trindade et al., 2014), é possível traçar um perfil geral, sendo este, na maioria dos casos, um homem adulto com idade compreendida entre os 30 e os 40 anos (Cardoso & Caniço, 2015). Relativamente ao nível de escolaridade, os agressores tendem a ter o ensino básico ou secundário completo e, na sua maioria, encontram-se empregados. A prevalência de perturbações mentais graves é baixa, estimando-se que cerca de 4% apresentem este tipo de diagnóstico, e a maioria não possui antecedentes criminais específicos (Becker, 1994; Habigzang et al., 2005).

No que respeita, em particular, aos indivíduos condenados por abuso sexual de menores, a literatura revela que estes tendem a ser casados ou a viver em união de facto (Seto et al., 2015).

1.2.3. *Tipos de Abuso Sexual*

Uma das formas mais comuns de tipificar os abusadores sexuais de crianças assenta na natureza da relação existente entre o agressor e a vítima, distinguindo-se, nesse sentido, o abuso intrafamiliar do abuso extrafamiliar (Oliveira, 2016). Para além desta distinção, Finkelhor (1984) propõe uma tipologia mais abrangente, que integra quatro categorias principais de abusadores sexuais: intrafamiliares, extrafamiliares, jovens ofensores sexuais e as mulheres perpetradoras.

O abuso sexual intrafamiliar ocorre no seio da estrutura familiar da criança, envolvendo comportamentos sexuais praticados por figuras que pertencem ao seu núcleo familiar (Sequeira, 2013). Este tipo de abuso é considerado o mais grave em termos de impacto psicológico e emocional, uma vez que tende a prolongar-se no tempo e compromete profundamente o vínculo de confiança e segurança da criança com as suas principais figuras de apoio. Além disso, esta forma de vitimação pode afetar negativamente a relação da criança com outros membros não abusivos da família, como a mãe ou irmãos ao gerar conflitos de lealdade particularmente intensos (Finkelhor, 1984). Neste sentido, Conte & Berliner (1993) destacam que a vitimação perpetrada por figuras parentais tende a causar um impacto significativamente mais negativo, uma vez que o agressor, ao assumir simultaneamente o papel de cuidador e abusador, gera uma dissonância relacional que aprofunda os danos na saúde mental da criança.

Diversos estudos (Coohey, 2010; Cutajar et al., 2010; Gold et al., 1998; Soylu et al., 2016) indicam que as raparigas apresentam maior probabilidade de serem vitimizadas no seio familiar, ao passo que os rapazes tendem a ser mais abusados por agressores extrafamiliares. De acordo com Finkelhor (1984), cerca de metade dos casos de abuso sexual de raparigas ocorre no contexto intrafamiliar, enquanto 10% a 20% dos casos que envolvem vítimas do sexo masculino têm origem familiar. Também uma meta análise conduzida por Holmes & Slap (1998), que abrangeu 166 estudos e teve como objetivo clarificar a definição de abuso sexual de rapazes, concluiu que entre 54% e 89% dos abusadores de vítimas do sexo masculino não pertenciam ao seu círculo familiar.

Por outro lado, o abuso sexual extrafamiliar refere-se a situações em que o agressor não pertence ao núcleo familiar da criança. Pode tratar-se de vizinhos, conhecidos, desconhecidos ou profissionais como cuidadores de crianças, professores, membros da igreja, treinadores desportivos ou músicos. Embora o abuso sexual intrafamiliar seja frequentemente apontado como o mais prevalente e o extrafamiliar como menos comum (Bolen, 2002; Finkelhor, 2009), outros estudos (Finkelhor et al., 2009; Hanson et al., 2006) salientam que a maioria dos casos envolve agressores que, embora não façam parte do núcleo familiar, mantêm uma relação de proximidade com a vítima.

Uma terceira categoria relevante inclui os jovens ofensores sexuais, ou seja, indivíduos com menos de 18 anos que cometem abuso sexuais contra outras crianças ou adolescentes. As situações mais comuns, envolvem irmãos mais velhos que vitimizam irmãos ou irmãs mais novas, bem como adolescentes que forçam a prática de atos sexuais

sobre outros adolescentes, frequentemente enquadrados no conceito de violação. Existem também casos em que grupos de adolescentes vitimizam crianças mais novas ou da mesma idade, e situações em que crianças entre os 5 e os 10 anos adotam comportamentos abusivos sobre os seus colegas. Na maioria dos casos, estas crianças foram previamente vítimas de abuso sexual, reproduzindo, através da agressão a terceiros, os comportamentos de que foram alvo (Finkelhor, 1984).

Por fim, destaca-se a existência de mulheres enquanto perpetradoras de abuso sexual infantil, fenómeno que, apesar de raro (Briere & Elliott, 2003; Edgarh & Ormstad, 2000; Holmes & Slap, 1998; Finkelhor 1984), tem vindo a despertar crescente interesse científico. As mulheres abusadoras representam um grupo heterogéneo que pode incluir mães socialmente isoladas, adolescentes pressionadas a obter experiência sexual ou mulheres coagidas a participar nos abusos pelos seus companheiros (Finkelhor, 1984). Nesta linha, Mathews et al. (1989), propuseram uma tipologia que classifica estas agressoras em três subtipos: i) as coagidas por um co-ofensor, que representam a mulheres que participam nos abusos sob pressão ou influência de um parceiro masculino; ii) as predispostas, isto é, mulheres que muitas vezes possuem historial de abuso sexual precoce, geralmente no seio familiar, e cujas vítimas tendem a ser membros da família, incluindo os próprios filhos; e iii) as professoras/amantes – mulheres que desenvolvem relações pseudoafetivas e sexualizadas com adolescentes, convencendo-se frequentemente da existência de reciprocidade no desejo, e acreditando que o seu comportamento não era criminoso.

1.3. *Modus Operandi*

O abuso sexual de menores configura uma forma de violência intrinsecamente ligada ao exercício de poder e à manipulação, que, na maioria das vezes, ocorre sem recurso à força física explícita. Por este motivo, raramente deixa marcas visíveis, dificultando a sua deteção e comprovação, sobretudo quando se trata de crianças de idade mais precoce (Araújo, 2002). Conforme aponta Gabel (1997), o abuso sexual reflete uma disfunção em três níveis: i) o exercício de poder do mais forte sobre o mais fraco; ii) a relação de confiança que o dependente deposita na figura protetora; e iii) o uso delinquente da sexualidade, violando um direito fundamental.

O silêncio é uma característica transversal e persistente no fenómeno do abuso sexual de menores: as vítimas, na sua maioria, não denunciam os seus agressores, as famílias tendem a silenciar situações de incesto, e o abuso é frequentemente ocultado do

conhecimento de familiares alargados, amigos e da própria comunidade. Apenas uma ínfima percentagem das vítimas relata o abuso ainda durante a infância (Burkhardt & Rotatori, 1995). Esta resistência pode ser explicada, em parte, por medo de represálias, pelo sentimento de culpa ou vergonha, ou pela aceitação de presentes e recompensas prometidas pelo agressor, fatores que tendem a manter a vítima em silêncio (Wurtele & Miller-Perrin, 1992). Os próprios perpetradores admitem depender da manutenção do silêncio para perpetuar os seus atos (Budin & Johnson, 1989). Wurtele e Miller-Perrin (1992) reforçam esta perspetiva, indicando que o abuso sexual infantil envolve a exploração da confiança, da obediência e do desconhecimento da criança. Esta dinâmica pode resultar em sentimentos de confusão numa lealdade mal direcionada e numa submissão automática à autoridade do agressor. A forma como a criança interpreta o abuso pode estar profundamente condicionada por aquilo que Melton (1992b) e Finkelhor e Strapko (1992) designam como “subcultura da infância” – um universo simbólico próprio, repleto de crenças e interpretações singulares, que podem dificultar o reconhecimento da gravidade do comportamento abusivo, especialmente quando o agressor é alguém afetivamente próximo ou uma figura de autoridade.

Diversos estudos indicam que ofensores sexuais, tanto intrafamiliares como extrafamiliares, frequentemente utilizam estratégias comportamentais subtilmente planeadas para iniciar e manter o contacto sexual com crianças, embora, em alguns casos, possam recorrer a métodos mais agressivos (Berliner & Conte 1990; Elliot et al., 1995; Kaufman et al. 1998). O estudo de Smallbone e Wortley (2000) fornece um contributo relevante para esta análise, ao indicar as estratégias adotadas por estes ofensores para a facilitar a prática do crime, desde o primeiro contacto com a vítima até o período pós-abuso. Inicialmente, os abusadores aproximam-se das crianças através de estratégias associadas à rotina doméstica, tais como permitir que a criança durma na cama do ofensor ou tomar banho com a criança, bem como atividades aparentemente inocentes, como assistir televisão em conjunto ou outras atividades. Quando o abuso ocorre em contexto extrafamiliar, os ofensores tendem a criar uma relação de confiança com os progenitores das crianças, com o intuito de facilitar a aproximação às vítimas. Estas estratégias são significativamente mais comuns do que aquelas que procuram conquistar a confiança da criança através da oferta de presentes, como dinheiro, doces ou brinquedos (Smallbone e Wortley, 2000).

Quando se trata de levar a criança ao local onde ocorrerá o abuso, os abusadores utilizam sobretudo subornos e incentivos, como promessas de recompensas ou oferta de

dinheiro, estratégias essas que também poderão ser utilizadas na consumação do ato. Outras estratégias na hora da consumação incluem o toque sexual direto, muitas vezes de forma gradual, assim como a minimização do ato, tratando-o como algo natural. Em casos mais extremos, alguns ofensores obrigam as crianças a assistirem ou a participarem em atos pornográficos. O recurso a ameaças e coerção é relativamente raro nestas situações (Smallbone e Wortley, 2000).

Após o abuso, os ofensores procuram garantir o silêncio da vítima através de estratégias que exploram a ligação emocional previamente estabelecida. As táticas mais frequentes incluem ameaçar a criança afirmando que o agressor vai preso caso o abuso seja revelado, ou insinuar que a denúncia comprometerá a relação afetiva entre ambos. O recurso explícito à intimidação ou à violência para garantir o silêncio é raramente utilizado (Smallbone e Wortley, 2000).

1.4. Impactos e Consequências do Abuso Sexual nas crianças

O abuso sexual de menores representa uma experiência altamente traumática, cujos efeitos podem manifestar-se de forma imediata ou prolongar-se ao longo da vida. A gravidade das consequências está associada a fatores como idade da criança, a duração e frequência do abuso, a existência de redes de apoio e o grau de proximidade com o agressor (Ordem dos Psicólogos, 2023; APAV, 2019).

A curto prazo, é comum a presença de sintomas físicos como dores de cabeça, abdominais, fadiga, perda de apetite e, em casos de penetração, lesões nas zonas íntimas. Psicologicamente, predominam reações como o choque, medo, vergonha, culpa, insónias e hipervigilância (Ordem dos Psicólogos, 2023). Algumas crianças apresentam também regressões no desenvolvimento, como o uso de fraldas ou gaguez (Williams, 2012).

A médio e longo prazo, os efeitos tornam-se mais profundos, afetando o desenvolvimento emocional, interpessoal e sexual das vítimas. Muitas crianças desenvolvem uma autoimagem negativa, sentimentos de autodesvalorização, dificuldades em confiar nos outros e em estabelecer relações afetivas significativas. O transtorno pós-traumático é comum e pode levar a criança a reviver o abuso em atividades quotidianas, como brincadeiras, e a ter *flashbacks* (Ordem dos Psicólogos, 2023). As consequências são geralmente mais severas quando o agressor pertence ao núcleo familiar (APAV, 2019).

São também frequentes perturbações no domínio da sexualidade, que se podem traduzir em aversão ao contacto íntimo, comportamentos sexuais de risco e hipersexualidade. Estes comportamentos refletem, por vezes, tentativas inconscientes de

lidar com a experiência traumática. Em termos físicos, podem surgir disfunções sexuais, dor crônica, infecções sexualmente transmissíveis e, em casos extremos, gravidez precoce (Williams, 2012). As vítimas podem ainda apresentar dificuldades escolares, depressão, isolamento social e, nos casos mais graves, ideação suicida (Trindade & Breier, 2010).

1.5. Abordagens teóricas da agressão sexual

A compreensão da etiologia da agressão sexual tem sido objeto de crescente atenção por parte da literatura científica (Ward & Beech, 2016), sendo abordada por diferentes disciplinas através de diversas teorias e modelos explicativos. No entanto, para uma análise mais abrangente e rigorosa do fenómeno, torna-se necessário considerar o agressor sexual na sua globalidade, adotando uma perspetiva multidimensional que integre diferentes domínios explicativos, ao invés de se restringir a abordagens isoladas. Assim, embora teorias de base biológica, cognitiva, comportamental, da aprendizagem social ou da personalidade tenham contribuído para o avanço do conhecimento nesta área (Oliveira, 2016), a sua aplicação isolada pode revelar-se insuficiente para explicar a complexidade deste tipo de comportamento desviante. Neste contexto, emergem os modelos teóricos explicativos da agressão sexual, que serão apresentados de seguida, procurando integrar de forma mais holística os múltiplos fatores implicados no comportamento sexual agressivo.

1.5.1. Modelo das Quatro Pré-Condições de Finkelhor

O modelo das quatro pré-condições, proposto por Finkelhor (1984), foi pioneiro na sistematização de uma explicação multifatorial para o abuso sexual de menores. Segundo este autor, para que o abuso ocorra, é necessário que se verifiquem simultaneamente quatro condições: i) existência de motivação para o envolvimento sexual com uma criança, ii) a superação de inibições internas, iii) a superação de obstáculos externos e iv) a capacidade de contornar a resistência da criança.

Relativamente à primeira pré-condição, a motivação para o comportamento abusivo pode ser explicada por três dimensões principais: i) congruência emocional; ii) excitação sexual; iii) bloqueio. A congruência emocional estabelecida entre as necessidades emocionais do adulto e as características da criança mostra o défice emocional verificado no ofensor. Este défice, em junção com a imaturidade e a falta de autoestima, manifesta-se no abuso sexual como forma de estabelecer controlo sobre a vítima. Esta ligação emocional reflete frequentemente uma imaturidade afetiva e défices de autoestima no agressor, manifestando-se no abuso como uma forma de estabelecer

controle relacional. Em relação à excitação sexual direcionada para crianças, esta pode resultar de processos de aprendizagem social, como a exposição precoce a conteúdos sexualizados ou experiências de vitimação na infância. Por fim, o bloqueio representa a dificuldade ou incapacidade do indivíduo em obter gratificação sexual ou intimidade emocional através de relações interpessoais adultas socialmente normativas, levando ao redirecionamento do desejo sexual para vítimas mais vulneráveis (Fávero, 2003; Howitt, 2009).

A segunda pré-condição prende-se com a necessidade de ultrapassar inibições internas que, em circunstâncias normativas, atuam como barreiras morais ou psicológicas ao envolvimento sexual com menores. Estas inibições podem ser suprimidas por variáveis como o consumo de substâncias psicoativas, perturbações mentais, traços de personalidade desinibida ou distorções cognitivas que legitimam o comportamento abusivo. Assim, o potencial agressor, mesmo que motivado, só atua se conseguir superar estas restrições internas ao comportamento desviante (Finkelhor 1986).

A terceira pré-condição refere-se à superação dos obstáculos externos, ou seja, dos mecanismos sociais e contextuais que impedem ou dificultam o acesso à vítima. Fatores como a ausência de supervisão parental ou de figuras protetoras, a negligência familiar, o isolamento social da criança ou a desorganização dos sistemas de apoio desempenham aqui um papel central. A falência destes mecanismos de proteção facilita a concretização do abuso, ao reduzir os riscos de deteção e ao aumentar a vulnerabilidade da vítima (Finkelhor 1986).

Por fim, a quarta pré-condição relaciona-se com a superação da resistência da própria criança. Finkelhor (1984) salienta que a vítima, embora numa posição de desigualdade, não é passiva no processo e pode manifestar resistência ou rejeição. Para ultrapassar essa oposição, o agressor recorre frequentemente a estratégias de manipulação emocional, sedução, chantagem, ameaça ou mesmo força física. A capacidade da criança de resistir à vitimação pode ser comprometida por fatores como carência afetiva, insegurança emocional, falta de apoio familiar e, sobretudo, pela relação de confiança que muitas vezes mantém com o agressor (Fávero, 2003; Finkelhor, 1984; Howitt, 2009).

1.5.2. Teoria Integrada de Marshall e Barbaree

A Teoria Integrada é um modelo de Marshall & Barbaree (1990) que destaca a importância de múltiplos fatores, incluindo os biológicos, socioculturais e de aprendizagem na explicação do abuso sexual.

No que diz respeito aos fatores biológicos, apesar de alguns autores (Tobach et al., 1974) negarem uma base genética para a agressão, existem evidências que a agressão e o comportamento sexual têm uma etiologia em comum, particularmente ao nível de estruturas cerebrais como o hipotálamo, amígdala e corpo estriado e que confluem em experiências análogas (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Marshall, 2000; Mezquita, 2007; Valzelli, 1981). No entanto, no contexto das ofensas sexuais, Marshall & Barbaree (1990), acreditam que a contribuição de fatores biológicos é mínima uma vez que o aprendizado estabeleceu padrões de comportamento.

Por outro lado, fatores de desenvolvimento e ambientais assumem maior relevância, especialmente as primeiras experiências da infância, que moldam o percurso de vida do indivíduo. Situações como má socialização, estilos parentais violentos e exposição a ambientes hostis promovem a falta de confiança e aumentam sentimentos de hostilidade, dificultando o desenvolvimento de controlos inibitórios eficazes. O ambiente familiar também exerce um papel fundamental no estabelecimento de laços de apego fortes e positivos, que são determinantes para o equilíbrio emocional ao longo da vida. Quando esses laços são frágeis, a solidão emocional pode prevalecer na idade adulta, aumentando a vulnerabilidade a comportamentos desviantes (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Serran, 2000).

No plano sociocultural, o indivíduo é exposto a diversas mensagens e influências ao longo da vida que podem contribuir para a formação de crenças pró-criminais, as quais favorecem a ocorrência de comportamentos sexuais ofensivos (Marshall & Barbaree, 1990).

1.5.3. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman

O modelo quadripartido, desenvolvido por Hall e Hirschman (1992), procura explicar o comportamento sexual agressivo através da interação de quatro fatores principais: excitação sexual atípica, distorções cognitivas, desregulação afetiva e perturbações de personalidade. Os três primeiros fatores são considerados variáveis de estado, ou seja, dependem do contexto e podem surgir de forma pontual. Já o quarto fator, referente às perturbações de personalidade, é entendido como um traço estável do indivíduo, podendo, em determinadas situações, desencadear os restantes fatores (Ward & Beech, 2006).

Este modelo admite ainda que elementos culturais influenciam o comportamento abusivo, na medida em que contextos permissivos ou tolerantes em relação à violência

sexual tendem a reduzir os mecanismos de controlo interno. Uma das principais contribuições deste enquadramento teórico prende-se com a classificação dos agressores sexuais em diferentes perfis – preferenciais, situacionais e incestuosos – o que evidencia a heterogeneidade do fenómeno e a necessidade de respostas diferenciadas em termos de intervenção (Beech & Ward, 2004; Ward & Sorbello, 2003).

1.6. Fatores de risco associados ao Abuso Sexual

Em termos individuais, características como baixo coeficiente intelectual, défices de empatia e elevada impulsividade têm sido associadas à agressão sexual (Lipsey & Derzon, 1998). A empatia, entendida como a capacidade de se identificar com estados cognitivos e afetivos alheios e de se colocar na perspetiva do outro (Garaigordobil & Galdeano, 2006; García, et al., 2008; Marshall et al., 2012), encontra-se diminuída nos agressores sexuais, configurando-se como uma manifestação das distorções cognitivas que contribuem para o défice empático em relação às vítimas (Ward, et al., 1998).

Para além destas características, os agressores tendem a não assumir a responsabilidade pelos seus comportamentos (Blackburn, 1993) adotando uma atitude frequentemente ligada a distorções cognitivas – como negação, minimização, justificação e racionalização, que podem estar presentes antes, durante e após o ato criminoso (Dodge et al., 1990; Murphy, 1990; Stermac & Segal, 1989). Estas distorções constituem uma das principais necessidades criminógenas dos agressores sexuais, minimizando assim os sentimentos de culpa associados ao comportamento desviante (Hall et al., 1993).

No domínio das perturbações de personalidade, como a psicopatia, são frequentemente associadas à prática de crimes sexuais, uma vez que envolvem padrões de funcionamento interpessoal disfuncional, défices de empatia, impulsividade e comportamentos sexuais desviantes. Esta perturbação é bastante comum em reincidentes de crimes sexuais. (Doren, 2002; Mezquita, 2007). Relativamente à impulsividade, esta é conceptualizada como um traço de temperamento que envolve ações rápidas e não planeadas, com avaliação limitada ou focalizada apenas nas consequências imediatas (Tavares & Alarcão, 2008). A impulsividade pode ser dividida em baixa, associada a traços como introversão e timidez, e elevada, que se relaciona com comportamentos de acting out, défices de competências sociais e perturbações de personalidade (Prentky et al., 1985), sendo que a maioria dos agressores sexuais apresenta níveis elevados de impulsividade (Hanson & Morton-Bourgon, 2005).

Do ponto de vista contextual, a associação a pares antissociais configura um suporte social imediato para a prática do crime (Andrews et al., 2006). Além disso, e de acordo com Gottfredson e Hirschi (1990), o crime sexual está estreitamente relacionado com uma trajetória de vida desviante, refletida em antecedentes criminais precoces, sendo o número, o tipo de medidas ou sanções aplicadas e a idade do início da conduta delinquente os melhores preditores de reincidência (Andrews et al., 2006; Blackburn, 2000).

No que diz respeito aos fatores de risco familiares específicos associados ao crime sexual, aspetos como a pertença a famílias numerosas, supervisão parental reduzida e estilos educativos inconsistentes têm sido relacionados com a agressão sexual (Brownfield & Sorenson, 1994; Ellis, 1988; Kolvin et al., 1988). Adicionalmente, alguns autores (Gershoff, 2002; Gershoff, et al., 2002; Kim et al., 2009; Loeber et al., 2008; Margolin et al., 2009) afirmam ainda que as crianças abusadas fisicamente, sexualmente ou negligenciadas tendem a tornar-se agressores ao longo da vida.

Ainda no que concerne aos fatores de risco, destacam-se a classificação desenvolvida por Andrews et al. (2012), designada como *Central Eight*, que se subdividem nos *Big Four* e *Modest Four*. Os *Big Four* incluem a história do comportamento criminoso, o padrão de personalidade antissocial, atitudes, valores e crenças, bem como estados cognitivo-emocionais antissociais. Dentro destes, apenas a história do comportamento criminal é considerado um fator de risco estático, enquanto os demais são classificados como fatores de risco dinâmicos, ou necessidades criminógenas passíveis de intervenção, constituindo determinantes pessoais e interpessoais diretamente relacionados com a ocorrência de comportamentos criminosos em contextos imediatos de ação e cuja avaliação permite a identificação individualizada de áreas específicas de intervenção (Andrews et al., 2012; McGrath & Thompson, 2012).

Por outro lado, os *Modest Four* englobam outros fatores de risco amplamente reconhecidos, considerados teoricamente mais distantes da ocorrência direta de comportamento criminoso. Este conjunto inclui três contextos principais de interação social: o ambiente familiar (família/casal), o contexto educacional/laboral e as atividades de lazer/recreação. Baixos níveis de recompensa e satisfação nestes domínios correlacionam-se com um aumento, ainda que ligeiro, do risco de delinquência. O quarto fator dos *Modest Four* refere-se ao abuso de substâncias (Andrews et al., 2012).

Um estudo realizado por Schaathum (2024), com o objetivo de identificar fatores que aumentam o risco de vitimização por abuso sexual, concluiu que adolescentes com

múltiplas experiências de violência apresentam maior vulnerabilidade. Além disso, verificou-se que adolescentes que consumiram álcool em diversas ocasiões estavam mais propensos a serem sexualmente abusados pelos seus pares, em comparação com agressões perpetradas por adultos.

Grieger e Hosser (2013), num estudo longitudinal com jovens do sistema penitenciário alemão, observaram uma reincidência geral de 74,9% - ou seja, a prática de qualquer novo crime – e uma reincidência violenta de 40,7%, referente exclusivamente à repetição de crimes que envolvem o uso de força física, ameaça grave ou agressão à integridade física ou psicológica da vítima, como homicídio ou agressão sexual. Verificaram correlações significativas entre os fatores de risco e reincidência violenta, com exceção dos relacionados à família e lazer/recreação que não se correlacionaram com a reincidência geral. Beech et al. (2002) confirmam a importância destes fatores, encontrando taxas de reincidência sexual que variam de 0% a 40% conforme o nível de risco estático. Em consonância, Beech et al. (2002) analisaram a relação entre fatores estáticos e dinâmicos na previsão da reincidência sexual, encontrando uma taxa global de 15% numa amostra masculina ao longo de seis anos, sendo que a reincidência variou conforme as categorias de risco estático, com percentagens de 40% no grupo de alto risco, 31% no médio-alto, 0% no médio-baixo e 7% no baixo risco, sublinhando a importância da avaliação rigorosa destes fatores para o planejamento de intervenções eficazes.

Capítulo II: Metodologia

1. Objetivos e Hipóteses de Investigação

Este estudo tem como principal objetivo identificar as principais características e fatores de risco subjacentes ao abuso sexual de menores.

De forma a atingir este objetivo geral, pretende-se:

- i) Caracterizar sociodemograficamente e jurídico-criminalmente os intervenientes em casos de abuso sexual de menores;
- ii) Descrever o *modus operandi* dos ofensores na prática do crime.
- iii) Identificar os fatores de risco e, em concreto, as necessidades criminógenas de ofensores de abuso sexual de menores.

Considerando os objetivos geral e específicos, e com base no enquadramento teórico realizado, formularam-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: A maioria dos ofensores sexuais de menores é do sexo masculino.

H2: Ofensores mais jovens apresentam maior impulsividade e abuso de substâncias.

H3: A maioria dos ofensores apresenta níveis baixos de escolaridade.

H4: Ofensores com perturbações psicológicas reportadas têm maior probabilidade de ter antecedentes criminais.

H5: Os ofensores de abuso sexual de menores utilizam predominantemente estratégias de manipulação para o cometimento do abuso.

H6: A maioria das vítimas de abuso sexual é do sexo feminino.

H7: Vítimas do sexo feminino são mais frequentemente abusadas por familiares, enquanto vítimas do sexo masculino são mais frequentemente abusados por pessoas conhecidas.

H8: A maior parte das vítimas conhece os seus ofensores.

H9: A maioria dos casos de abuso sexual ocorre em casa do ofensor.

2. Método

2.1. Caracterização do estudo

A presente investigação adotou uma metodologia mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, com o objetivo de obter uma compreensão mais aprofundada

e completa do fenómeno em estudo. Conforme refere Creswell (2012), a investigação de natureza mista caracteriza-se pela combinação de métodos quantitativos – centrados na análise de dados numéricos e estatísticos – e qualitativos – neste caso, através da técnica de análise documental.

A componente qualitativa consistiu na análise de conteúdo de processos disponibilizados pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). De acordo com Chaumier (1971), a análise documental consiste num conjunto de operações, que visa representar o conteúdo de um documento de forma distinta da sua forma original, com intuito de facilitar a sua consulta e referência num estágio posterior. Conforme referem diversos autores (Gardin et al., 1981; Guimarães, 2009; Perez, 1992), trata-se de um processo centrado no conteúdo, associado a procedimentos de condensação e representação do conteúdo por meio de linguagens documentais, com o objetivo de viabilizar a sua posterior recuperação e utilização. No âmbito do tratamento da informação contida nos documentos recolhidos, a análise documental procura conferir uma forma adequada a essa informação, representando-a de modo distinto através de procedimentos de transformação (Bardin, 2011). Esta metodologia concretiza-se essencialmente por meio da classificação e indexação, permitindo uma representação condensada e organizada da informação, facilitando assim a sua consulta e armazenamento (Bardin, 2011).

Após a fase de análise qualitativa, procedeu-se ao tratamento estatístico da informação recolhida, permitindo quantificar os dados obtidos e identificar padrões relevantes.

Para além disso, e segundo Marôco (2021), o tipo de pesquisa é definido em função da forma como o investigador trabalha as variáveis. Assim, esta investigação pode ser classificada como descritiva, na medida em que visa identificar e caracterizar propriedades, perfis e tendências associados ao fenómeno em estudo, nomeadamente através da análise de dados sociodemográficos dos intervenientes (Sampieri, 2014; Marshall & Rossman, 2016).

2.2. Procedimentos de obtenção de dados

Para a concretização do estudo, recorreu-se a processos de pessoas em situação de reclusão por crimes de abuso sexual de crianças presentes na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

Para tal, e considerando a fragilidade dos dados, numa primeira fase, foi remetido um pedido à Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto para apreciação e aprovação da realização da presente investigação, tendo sido emitido parecer positivo.

Numa segunda fase, foi endereçado um pedido formal à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) com o objetivo de obter acesso aos dados necessários à concretização do presente estudo. Para tal, foi apresentado o projeto de investigação, incluindo o objetivo geral, os objetivos específicos e os critérios de seleção da amostra. A seleção da amostra seguiu critérios previamente definidos, tratando-se, assim, de uma amostra não probabilística. Este tipo de amostragem caracteriza-se pela não aleatoriedade na seleção dos casos, sendo esta orientada por razões relacionadas com os objetivos específicos do estudo e com as características inerentes ao fenómeno investigado (Johnson & Christensen, 2014; Sampieri et al., 2013). A inclusão dos processos na amostra obedeceu aos seguintes critérios: i) Processos de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2023; ii) Processos geridos e arquivados na Delegação Regional do Norte da DGRSP e iii) Processos de indivíduos condenados por abuso sexual de crianças.

Após obtenção da autorização formal, realizou-se uma reunião com o responsável da Delegação Regional do Norte da DGRSP, com o intuito de clarificar os propósitos da investigação, os procedimentos metodológicos a adotar e o instrumento de recolha de dados que seria utilizado. Na sequência desta reunião, foi disponibilizada uma listagem de todas as equipas da região Norte, tendo-se optado, por conveniência e viabilidade, pela seleção de cinco equipas: Equipa Penal Porto, Equipa Gondomar/Valongo, Equipa Matosinhos/Maia, Equipa Vila Nova de Gaia e a Equipa Junto de EP.

Iniciados os contactos com as pessoas coordenadoras, procedeu-se à recolha de dados presencialmente nas instalações das referidas equipas, mediante consulta direta dos processos selecionados. Todas as grelhas utilizadas foram uniformes em todos os processos, contendo os mesmos indicadores e dimensões de análise.

No desenvolvimento deste estudo, foi assegurado o cumprimento rigoroso dos princípios éticos, com especial atenção à confidencialidade, anonimato e ao uso responsável dos dados. A confidencialidade foi garantida em todas as fases do processo de investigação. As informações extraídas dos processos da DGRSP foram tratadas com o mais elevado grau de sigilo, assegurando que nenhum dado suscetível de permitir a identificação direta ou indireta dos indivíduos envolvidos fosse divulgado.

2.3. Instrumento de recolha de dados

O processo de recolha de dados teve por base uma grelha de recolha de dados especialmente desenhada para o presente estudo, tendo em consideração os objetivos que se pretendiam ver respondidos. Assim, foi elaborada uma grelha que está estruturada em cinco grandes secções: i) informação relativa aos processos da DGRSP; ii) informação relativa ao indivíduo; iii) informação relativa ao crime primário; iv) informação relativa à reincidência; e v) informação relativa aos fatores de risco.

A primeira parte diz respeito aos dados identificativos do processo. A segunda parte contempla os dados relativos ao indivíduo, nomeadamente as suas informações sociodemográficas e outras características pessoais. A terceira e quarta secções incidem sobre os elementos relacionados com o crime – primário e eventual reincidência –, crimes conexos, bem como as características do crime e da(s) vítima(s) envolvida(s). Por fim, a quinta parte aborda os fatores de risco, distinguindo entre os fatores de risco individuais e contextuais.

De modo a garantir a fiabilidade do instrumento, a grelha de recolha de dados foi previamente testada numa amostra de 10 processos, com o objetivo de avaliar a sua adequação e aplicabilidade. Com base nesta aplicação preliminar, foram realizados os ajustes necessários, de forma a garantir a sua conformidade com as especificidades da informação disponível nos processos.

2.4. Procedimentos de análise de dados

Os dados recolhidos foram analisados utilizando o software *IBM SPSS Statistics* (versão 29), tendo sido realizada análise descritiva, nomeadamente frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central e de dispersão.

Sempre que necessário, foram realizados testes de verificação da distribuição normal (teste *Kolmogorov-Smirnov* e teste *Shapiro-Wilk*), selecionados consoante efetivo amostral, de forma a poder verificar se as variáveis seguiam a distribuição normal. Para a análise inferencial, utilizou-se o teste do Qui-quadrado na comparação de variáveis categóricas, enquanto o teste *Mann-Whitney U* foi aplicado para comparar duas amostras independentes, nomeadamente quando a variável “idade” não apresentava distribuição normal.

2.5. Amostra

A amostra do presente estudo é constituída por um total de 82 processos arquivados na Delegação Regional do Norte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), provenientes de cinco equipas, nomeadamente da Equipa Penal Porto, Equipa Gondomar/Valongo, Equipa Matosinhos/Maia, Equipa Vila Nova de Gaia e a Equipa Junto de Estabelecimento Prisional (EP).

Os processos analisados foram distribuídos por cinco equipas técnicas da DGRSP, designadamente: a Equipa Penal Porto (Penal 1), Equipa Gondomar/Valongo (Penal 4), Equipa Matosinhos/Maia (Penal 5), Equipa Vila Nova de Gaia (Penal 3) e a Equipa Junto de Estabelecimento Prisional (Penal 6).

Relativamente à distribuição dos processos por equipa (Tabela 1), 12 processos (14,6%) pertencem à Equipa Penal 1, 22 processos (26,8%) à Equipa Penal 6, 27 processos (32,9%) à Equipa Penal 3, 9 processos (11%) à Equipa Penal 4 e 12 processos (14,6%) à Equipa Penal 5.

Tabela 1

Equipas de Reinserção Social (N=82)

	<i>N</i>	<i>%</i>
Equipa Penal 1	12	14,6 %
EP-Porto	22	26,8 %
Equipa Penal 3	27	32,9 %
Equipa Penal 4	9	11,0 %
Equipa Penal 5	12	14,6 %

Capítulo III: Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da análise dos processos analisados ($n=82$), procurando responder aos objetivos e às hipóteses de investigação formuladas. Assim, são apresentados dados sobre as características dos intervenientes, do crime e da decisão judicial, bem como a identificação dos principais fatores de risco associados ao abuso sexual de menores.

1. Caracterização dos intervenientes

Ofensores

Em relação às características dos ofensores ($N=82$), uma expressiva maioria ($n=78$, 95,1%) é do sexo masculino, havendo apenas quatro casos (4,9%) do sexo feminino. A análise revela uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($Z = 8,172$; $p < .001$). Os ofensores apresentam-se com uma idade média de 44,71 anos ($DP = 19,249$), estando a idade mínima nos 16 anos e a máxima nos 81 anos. No que respeita à nacionalidade, a maioria dos ofensores é de nacionalidade portuguesa ($n=77$; 93,9%). Os restantes 5 casos (6,1%) correspondem a indivíduos de outras nacionalidades, nomeadamente brasileira ($n=3$; 3,7%), romena ($n=1$; 1,22%), e espanhola ($n=1$; 1,2%). Também na nacionalidade, observa-se uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($Z = 7,951$; $p < .001$). Relativamente ao concelho de residência, correspondentes às áreas de atuação das equipas selecionadas para o estudo, há uma maior incidência no concelho de Vila Nova de Gaia ($n=28$; 34,1%), seguida do Porto ($n=14$; 17,1%), Matosinhos ($n=11$; 13,4%), Gondomar ($n=8$; 9,8%), Maia ($n=4$; 4,9%), Valongo ($n=2$; 2,4%) e Póvoa de Varzim ($n=2$; 2,4%). Os restantes 15,9% ($n=13$) residiam em outros concelhos.

Ao nível das habilitações literárias, O 1º ciclo foi o mais frequente, com 24 indivíduos (28%), seguido do 2º ciclo ($n= 18$; 22%), 3º ciclo ($n=17$; 20,7) e o ensino secundário ($n=9$; 11%). Apenas três indivíduos (3,7%) possuíam o ensino superior, enquanto dois não tinham nenhuma habilitação literária (2,4%). Em nove casos (11%), não foi possível obter essa informação.

No que se refere ao estado civil, a maioria dos ofensores é solteiro ($n=37$; 45,1%), seguindo-se os casados ($n=27$; 32,9%), divorciados (11; 13,4%), em união de facto ($n=6$; 7,3%), e apenas um caso (1,2%) corresponde a um indivíduo viúvo.

Quanto à situação profissional, a maioria encontra-se empregada (n=44; 53,7%), maioritariamente na área de construção civil. Um quarto dos indivíduos está reformado (n=17; 20,7%), enquanto 15,9% (n=13) se encontra na situação profissional de desempregado e 8,5% (n=7) é estudante.

Relativamente à condição económica, 37,8% (n=31) dos ofensores apresenta baixas condições económicas, incluindo situações de rendimentos insuficientes e um caso (1,2%) de um indivíduo em situação de sem abrigo. Por outro lado, 25,6% (n=21) dos indivíduos reúnem condições suficientes para fazer face às suas necessidades, enquanto uma pequena minoria apresenta uma situação económica estável (n=4; 4,9%) ou alta (n=1; 1,2%).

Foram ainda recolhidos dados relativos à existência de intervenção psicológica. Verificou-se que 45,1% dos participantes (n=37) encontra-se a receber acompanhamento psicológico à data da recolha dos dados. Por outro lado, 41,5% (n=34) não beneficia de qualquer tipo de intervenção. Nos restantes 13,4% dos casos (n=11), não foi possível obter essa informação. No que respeita aos antecedentes criminais, 13 indivíduos (15,9%) apresentam registos prévios, entre os quais se destacam dois indivíduos (2,4%), com histórico de crimes sexuais (Tabela 2).

Tabela 2

Características sociodemográficas e jurídico-criminais dos ofensores (N=82)

	<i>N</i>	<i>%</i>
<i>Sexo</i>		
Masculino	78	95,1%
Feminino	4	4,9%
<i>Idade</i>		
16 - 24 anos	17	20,7%
25 – 34 anos	7	8,5%
35 – 49 anos	22	26,8%
50 – 65 anos	24	29,3%
> 65 anos	12	14,6%
<i>Nacionalidade</i>		
Portuguesa	77	93,9%
Outra	5	6,1%

Concelho

Vila Nova de Gaia	28	34,1%
Porto	14	17,1%
Matosinhos	11	13,4%
Gondomar	8	9,8%
Maia	4	4,9%
Valongo	2	2,4%
Póvoa de Varzim	2	2,4%
Outro	13	15,9%

Habilitações Literárias

Sem habilitações literárias	2	2,4%
1º ciclo	24	28,0%
2º ciclo	18	22,0%
3º ciclo	17	20,7%
Ensino Secundário	9	11,0%
Ensino Superior	3	3,7%
Dado Omisso	9	11,0%

Estado Civil

Solteiro	37	45,1%
Casado	27	32,9%
Divorciado	11	13,4%
União de facto	6	7,3%
Viúvo	1	1,2%

Situação Profissional

Empregado	44	53,7%
Reformado	17	20,7%
Desempregado	13	15,9%
Estudante	7	8,5%
Dado Omisso	1	1,2%

Intervenção Psicológica

Sim	37	45,1%
Não	34	41,5%
Dado Omisso	11	13,4%

Antecedentes Criminais

Sim	13	15,9
Não	66	80,5%
Dado Omisso	3	3,7%

Vítimas

Em relação às vítimas, foi apenas possível recolher dados sobre sexo e idade (Tabela 3). Assim, dos 82 processos analisados, foram identificadas 107 vítimas, uma vez que, em 12 processos (14,6%), foram identificadas situações com múltiplas vítimas. Do total, 83 eram do sexo feminino (77,6%) e 24 do sexo masculino (22,4%), havendo diferenças estatisticamente significativas ($Z = 5,074$; $p < .001$). A média de idades situou-se nos 10,60 anos ($DP = 2,58$), com idades entre os 5 e os 15 anos, sendo os 13 anos a idade mais prevalente, representando 28% dos casos ($n = 30$).

Tabela 3

Características sociodemográficas das vítimas ($N=107$)

	<i>N</i>	%
<i>Sexo</i>		
Feminino	83	77,6%
Masculino	24	22,4%
<i>Idade</i>		
5-10 anos	41	38,3%
11-15 anos	66	61,7%

Relação Vítima-Ofensor

De um total de 107 vítimas, em cerca de metade dos casos (49,5%; $n = 53$), o agressor era alguém do círculo familiar da vítima. Em 36,4% das situações ($n = 39$), tratava-se de indivíduos conhecidos da vítima (sem laços familiares diretos), e apenas em 14% dos casos ($n = 15$), o agressor era totalmente desconhecido da vítima (Tabela 4). A distribuição das vítimas segundo a relação com o agressor revelou diferenças significativas, $\chi^2(2) = 19.421$, $p < 0,001$. A análise desta variável, revelou diferenças entre o grupo de vítimas femininas e masculinas ($\chi^2(2) = 17.035$, $p < 0,001$). Entre as vítimas do sexo feminino ($n=83$), 56,6% ($n = 47$) foram abusadas por familiares, enquanto nas

vítimas do sexo masculino (n = 24), a maioria dos abusos (70,8%; n = 17) foi cometida por indivíduos conhecidos, mas sem relação familiar direta.

Tabela 4

Relação Vítima-Agressor

Sexo da Vítima		N	%
Feminino	Familiar	47	56,6%
	Conhecida	21	25,3%
	Desconhecida	15	18,1%
Masculino	Familiar	6	25,0%
	Conhecida	17	70,8%
	Desconhecida	1	4,2%

Meio de Acesso à Vítima

Em 80,4% dos casos (n=86), o agressor acedeu à vítima através de uma relação de confiança ou proximidade já estabelecida. Em 12,1% dos casos (n=13), o acesso ocorreu por via das redes sociais. Os restantes 7,5% dos casos (n=8) reportaram outros meios de acesso, geralmente associados a interações ocasionais ou oportunidades contextuais (Tabela 5).

A distribuição do meio de acesso foi posteriormente analisada em função do sexo da vítima, revelando diferenças estatisticamente significativas, $\chi^2(2) = 9,117$, $p = .010$. Entre as vítimas do sexo feminino (n = 83), 81,9% (n = 68) foram abordadas por ofensores com os quais mantinham uma relação de confiança ou proximidade, enquanto 14,5% (n = 12) foram contactadas através das redes sociais e apenas 3,6% (n = 3) relataram outros tipos de acesso. No caso das vítimas do sexo masculino (n = 24), 75,0% (n = 18) foram alvos de abusos por parte de indivíduos próximos, 4,2% (n = 1) foram abordadas por redes sociais e 20,8% (n = 5) reportaram outras formas de acesso.

Tabela 5*Relação entre sexo da vítima e o meio de acesso à vítima*

Sexo da Vítima/Meio de Acesso	Relacionamento de confiança/proximidade N (%)	Redes		Total
		Sociais	Outro	
Feminino	68 (81,9%)	12(14,5%)	3 (3,6%)	83 (100%)
Masculino	18 (75,0%)	1 (4,2%)	5 (20,8%)	24 (100%)
Total	86 (80,4%)	13 (12,1%)	8 (7,5%)	107 (100%)

2. Características relativas ao crime

No que se refere às características do crime, procedeu-se à análise do local onde o abuso sexual ocorreu (Tabela 6), às motivações subjacentes aos crimes e ao respetivo *modus operandi* (Tabela 8).

Relativamente ao local onde o crime ocorreu, nos 82 processos analisados, a maioria dos abusos ocorreu na residência do agressor/vítima, totalizando 58 casos (70,7%). Em menor número, registaram-se situações em que o crime foi cometido em espaços públicos, como ruas ou jardins (n=4; 4,9%). Foram ainda identificados 5 casos (6,1%), em que o abuso foi realizado através das redes sociais. Por fim, 10 casos (12,2%) ocorreram em outros locais diversificados, incluindo estabelecimentos de ensino, residências conhecidas do agressor, local de trabalho do agressor, ginásios, colónias de férias, supermercados, hotéis, igrejas e espaços ligados a grupos recreativos, como um grupo folclórico. Em cinco casos (6,1%) não foi possível apurar o local exato da ocorrência do crime.

Tabela 6*Local do crime*

	N	%
Casa do Agressor/a	57	69,5%
Casa da vítima	1	1,2%
Redes sociais	5	6,1%
Locais públicos	4	4,9%
Outros	10	12,2%

Procedeu-se à análise da relação entre o local do crime e o sexo da vítima (Tabela 7), verificando-se que a maioria das vítimas do sexo feminino (n=56; 52,3%) sofreu abusos na residência do ofensor. Em seguida, destacam-se as ocorrências registadas através das redes sociais (n=10; 9,3%) e noutros contextos (n=9; 8,4%), tais como supermercados, residências de conhecidos do agressor, local de trabalho do ofensor, ginásios, hotéis, igrejas e espaços associados a grupos recreativos.

No que respeita às vítimas do sexo masculino, observou-se igualmente uma maior incidência de casos na residência do ofensor (n=18; 16,8%), seguindo-se outros contextos, como escolas e colónias de férias. Ao contrário do que se verificou com as vítimas do sexo feminino, apenas um caso (0,9%) ocorreu através das redes sociais. A análise estatística não revelou diferenças estatisticamente significativas, $\chi^2(5) = 4,806$; $p = 0,440$.

Tabela 7

Relação entre o local do crime e o sexo da vítima

Local do crime/Sexo da Vítima	Feminino		
	N (%)	Masculino	Total
Casa do Agressor/a	56 (52,3%)	18 (16,8%)	74 (69,2%)
Casa da vítima	1 (0,9%)	0 (0%)	1 (0,9%)
Redes sociais	10 (9,3%)	1 (0,9%)	11 (10,3%)
Locais públicos	2 (1,9%)	2 (1,9%)	4 (3,7%)
Outros	9 (8,4%)	3 (2,8%)	11 (10,3%)
Dado Omisso	5 (4,7%)	0,0 (0%)	5 (4,7%)
Total	83 (77,6%)	24 (22,4%)	107 (100%)

No que respeita à motivação para a prática do crime, apenas 3 processos (3,7%) apresentam essa informação. Nestes casos, os registos judiciais indicavam que os agressores pertenciam à comunidade cigana, sendo os crimes contextualizados no âmbito de práticas culturais.

O *modus operandi* revelou-se bastante diversificado entre os casos analisados. Contudo, foi possível identificar alguns padrões recorrentes, nomeadamente: o contacto

sexual direto com a vítima; o uso de ameaças, chantagem ou violência; estratégias de manipulação associada à imposição de segredo; a utilização de redes sociais para aliciamento; a oferta de recompensas; a submissão da figura materna face ao agressor e a exploração de vulnerabilidade da vítima. A categoria mais frequente corresponde ao contacto sexual direto (n=38; 46,3%), com situações em que o agressor manteve contacto físico com a vítima, quer pela imposição de comportamentos sexuais à criança, quer pela execução de atos abusivos. Seguiu-se o uso de ameaças, chantagem ou violência física, identificada em 14 casos (17,1%), na qual os ofensores ameaçavam causar danos à vítima ou aos seus familiares como forma de garantir segredo.

As estratégias de manipulação, presentes em 9 casos (11,0%), baseavam-se na utilização da relação de proximidade e confiança para distorcer a perceção da vítima sobre o abuso, recorrendo frequentemente à imposição de segredo ou à normalização dos comportamentos abusivos (por exemplo, referindo tratar-se de uma brincadeira entre adultos e crianças). Também em 9 casos (11,0%) foi identificada a utilização de redes sociais como meio de aproximação, sendo estas plataformas utilizadas pelos ofensores para estabelecer contacto, criar vínculos e aliciar as vítimas.

A oferta de recompensas verificou-se em 7 casos (8,5%) e consistiu na entrega de bens materiais, como doces, brinquedos ou dinheiro, quer como forma de obtenção de atos sexuais, quer como estratégia para assegurar o silêncio da vítima. Em dois casos (2,4%) foi observada a submissão da figura materna face ao agressor, em que as mulheres, ainda que não tenham perpetrado diretamente os abusos, permitiram ou não impediram que os seus companheiros abusassem sexualmente das crianças, configurando o crime de abuso sexual por omissão. Por fim, num caso (1,2%) foi identificado o aproveitamento de uma vítima vulnerável, envolvendo uma menor com um atraso desenvolvimental de carácter permanente e de debilidade intelectual moderada (Tabela 8).

Tabela 8

Modus Operandi

	<i>N</i>	<i>%</i>
Contacto sexual direto	38	46,3%
Ameaças / Chantagem / Uso de Violência	14	17,1%
Estratégias de manipulação / Imposição de Segredo	9	11,0%
Redes Sociais	9	11,0%

Oferta de recompensas	7	8,5%
Submissão (da ofensora face ao agressor do seu filho/a)	2	2,4%
Aproveitamento de vítima vulnerável	1	1,2%
Dado Omisso	2	2,4%

Desta análise resultou ainda a identificação de um caso como reincidente (1,2%). Neste caso em concreto, este ofensor foi acusado de 159 crimes de abuso sexual de crianças e 8 crimes de atos sexuais com adolescentes, envolvendo 11 vítimas do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos. Todas as vítimas eram alunos do arguido em sessões de explicações privadas. A reincidência verificou-se ao fim de 1 ano e 7 meses após a condenação, envolvendo novamente um aluno do sexo masculino, com 13 anos, também no contexto de explicações privadas, evidenciando um padrão de atuação semelhante ao do processo anterior.

3. Caracterização da Decisão Judicial

Através da análise dos processos da DGRSP, foi ainda possível aceder a informação relativa à decisão judicial (N=82). A maioria dos processos (n=46; 56,1%) culminou na aplicação de uma pena de prisão suspensa na sua execução e 21 processos (25,6%) resultaram em pena de prisão efetiva (Tabela 9). Adicionalmente, foram ainda identificadas outras medidas aplicadas (n=15; 18,3%), nomeadamente a suspensão provisória do processo (n=12; 14,6%), medida de segurança (n=1; 1,2%), suspensão da execução de internamento (n=1; 1,2%) e uma medida de coação, concretamente a prisão preventiva (n=1; 1,2%). Foi ainda verificado a existência de diferenças significativas entre o tipo de decisão judicial e sexo do ofensor, não sendo observadas diferenças estatisticamente relevantes ($\chi^2(5) = 1,038$, $p = 0,959$). De forma semelhante, não se registaram diferenças significativas entre o tipo de decisão e a idade do ofensor ($\chi^2(5) = 9,321$, $p = 0,097$).

Tabela 9

Tipo de Decisão

	N	%
Pena Suspensa na sua execução	46	56,1%
Pena Prisão efetiva	21	25,6%

Nos casos em que foi aplicada uma pena de prisão efetiva, a medida concreta da pena variou entre um mínimo de 2 e um máximo de 14 anos. A pena mais frequente foi seis anos ($n=5$; 23,8%). Salientaram-se ainda as penas de 5 anos e 6 meses, que representaram 14,3% ($n=3$) e as de cinco, 6 anos e 6 meses e as de oito anos, correspondendo a 9,5% ($n=2$) da amostra. A média da duração das condenações situou-se em 6,88 (DP= 2,761).

Uma vez que todos os indivíduos condenados a pena de prisão efetiva eram do sexo masculino, não foi possível proceder à análise de diferenças significativas em função do sexo. No entanto, no que respeita à relação entre a idade do agressor e o tempo de condenação, os resultados revelam uma correlação negativa fraca e estatisticamente não significativa ($r = -0,252$, $p= 0,270$), indicando que não existe uma relação significativa entre a idade do ofensor e o tempo de condenação.

Da totalidade dos casos, 23 processos (28,0%) apresentam crimes conexos (Tabela 10), enquanto em 59 processos (72,0%) a presença destes não foi identificada. Importa salientar que, dos casos em que há registo de crimes conexos, em 4 deles (17,4%) foi identificada a presença de mais do que um crime conexo. Esta sobreposição justifica o facto de, embora tenham sido contabilizados 23 processos, terem sido registados 29 crimes conexos distintos. A tipologia criminal com maior predominância foram crimes de natureza sexual (89,66%; $n=26$). Dentro desta categoria, os crimes mais frequentemente observados foram a pornografia de menores ($n=6$; 20,7%), importunação sexual ($n=6$; 20,7%), coação sexual ($n=5$; 17,2%) e o abuso sexual de menores dependentes ($n=4$; 13,8%). Verificaram-se ainda ocorrências de atos sexuais com adolescentes ($n=3$; 10,3%), aliciamento para fins sexuais ($n=1$; 3,4%), violação agravada ($n=1$; 3,4%) Para além destes, foram identificados três casos (10,4%) classificados noutras tipologias não sexuais, tráfico de estupefacientes ($n=1$; 3,4%), violência doméstica ($n=1$; 3,4%) e detenção de arma proibida ($n=1$; 3,4%).

Tabela 10*Existência de Crimes Conexos*

	N	%
Não	59	72,0%
Sim	23	28,0%
Crimes sexuais	26	89,66%
Pornografia de Menores	6	20,7%
Importunação Sexual	6	20,7%
Coação Sexual	5	17,2%
Abuso Sexual de Menores Dependentes	4	13,8%
Atos sexuais com adolescentes	3	10,3%
Aliciamento para fins sexuais	1	3,4%
Violação Agravada	1	3,4%
Outro	3	10,4%

4. Fatores de Risco Predominantes no Abuso Sexual

A análise dos dados permitiu ainda identificar diversos fatores de risco associados à prática do crime de abuso sexual de menores, nomeadamente os fatores de risco individuais e os fatores de risco familiares na infância.

Fatores de Risco Individuais

A nível individual, a baixa escolaridade é um dos fatores de risco mais presentes no total dos processos analisados, estando presente em 59 indivíduos (72,0%). A baixa escolaridade foi frequentemente associada a trajetos escolares marcados por múltiplas retenções (n=11; 13,4%) e abandono precoce do sistema de ensino (n=4; 4,9%). Em alguns casos (n=7; 8,5%), esta situação foi agravada por fenómenos de absentismo escolar, desmotivação e desinvestimento. Identificaram-se ainda três casos (3,7%), com perturbações cognitivas significativas, incluindo atrasado mental. Relativamente ao isolamento social foi reportado em 42,7% (n=35) dos indivíduos. A situação de desemprego foi identificada em apenas 14 casos (17,1%), o que representa uma taxa relativamente baixa na amostra. No entanto, esta variável contrasta com a elevada

prevalência de dificuldades económicas, evidenciada pelo baixo rendimento familiar, reportado em 32 casos (39,0%).

A presença de impulsividade foi também um dos fatores identificados em 22 casos (26,8%). No entanto, a taxa elevada de dados omissos nesta variável ($n=51$; 62,2%) justifica uma interpretação prudente dos resultados. Fazendo uma análise da relação entre a impulsividade e a idade e o sexo dos indivíduos, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas idades ($p=0,382$) e o sexo ($p=0,077$), entre os indivíduos classificados como impulsivos e não impulsivos.

A característica mais prevalente entre os indivíduos da amostra foi o défice de empatia, identificado em mais de metade dos casos (54,9%; $n = 45$). Seguiram-se as distorções cognitivas, presentes em 13 sujeitos (15,8%), e a baixa resistência à frustração, observada em 10 indivíduos (12,2%). Outras características foram identificadas de forma mais residual, como a baixa autoestima ($n=2$; 2,4%) e a história de institucionalização ($n = 2$; 2,4%). Foram ainda assinalados um caso de défice nas competências de resolução de problemas ($n=1$; 1,2%) e um caso de gravidez precoce ($n=1$; 1,2%). Já as perturbações psicológicas foram identificadas em 13 (15,9%) indivíduos. Embora a maioria dos indivíduos ($n=61$; 74,4%) não tenha historial clínico significativo, destaca-se, entre os casos identificados, a predominância de quadros de ansiedade e depressão ($n=7$; 8,5%). Apenas um (1,2%) dos indivíduos foi diagnosticado com perturbação de personalidade antissocial (Tabela 12).

No que respeita aos antecedentes criminais, 13 indivíduos (15,9%) apresentaram registos prévios, entre os quais se destacam dois indivíduos (2,4%), com histórico de crimes sexuais. Os restantes antecessores referem-se maioritariamente a crimes contra a integridade física ($n=6$; 7,3%).

Os resultados da análise revelaram uma associação estatisticamente significativa entre a presença de perturbações psicológicas e antecedentes criminais ($\chi^2(1)=4,75$; $p=.029$). Verificou-se que 38,5% dos indivíduos com perturbações psicológicas tinham antecedentes criminais, comparativamente a 13,1% entre aqueles sem perturbações identificadas (Tabela 11).

Tabela 11*Relação entre Perturbações Psicológicas e Antecedentes Criminais*

		Antecedentes Criminais		Total N (%)
		Sim N (%)	Não N (%)	
Perturbações Psicológicas	Sim	5 (38,5%)	8 (61,5%)	13 (100%)
	Não	8 (13,1%)	53 (86,9%)	61 (100%)
Total		13 (17,6%)	61 (82,4%)	74 (100%)
Dados Omissos		8 (9,8%)		

As crenças e convicções foram raramente identificadas na amostra, tendo sido explicitamente referidas em apenas 3 casos (3,7%). Esta reduzida percentagem não reflete necessariamente a ausência destas crenças, mas sim a limitação decorrente da escassa informação disponível, não tendo sido possível aferir a presença ou ausência das mesmas. Nos casos em que estas crenças foram explicitadas, observou-se a legitimação do abuso sexual com base em pressupostos de sedução infantil, através de expressões como: “as adolescentes provocam os homens mais velhos” ou “a maioria das denúncias de abuso sexual é falsa”. Surgiram igualmente narrativas que procuravam atenuar a gravidade do comportamento com base na ausência de violência física, como por exemplo: “se a criança não foi magoada, então o abuso não é grave” ou “se não houve penetração, não se trata de abuso sexual grave”. Também foram referidas crenças distorcidas sobre o perfil do ofensor e da vítima, como a ideia de que “só raparigas são vítimas de abuso sexual” ou que “os abusadores são quase sempre desconhecidos”.

Outro fator individual relevante inclui o início precoce da vida laboral, identificado em 3 casos (4,9%). O consumo de substâncias surgiu como fator de risco em 15,9% dos indivíduos, enquanto a maioria (81,7%) não apresentou qualquer referência a comportamentos aditivos. A análise não revelou diferenças estatisticamente significativas na idade dos ofensores em função do histórico de consumo de substâncias ($p=0,089$). Do mesmo modo, não se verificaram diferenças significativas entre homens e mulheres quanto ao consumo de substâncias ($p=,485$), sugerindo que, nesta amostra, o consumo não varia em função do sexo ou da idade.

Tabela 12*Fatores de Risco Individuais*

		Sim	Não	Omisso
		N (%)	N (%)	N (%)
Individuais	Baixa Escolaridade	59 (72,0%)	12 (14,6%)	11 (13,4%)
	Isolamento Social	35 (42,7%)	20 (24,4%)	27 (32,9%)
	Impulsividade	22 (26,8%)	9 (11,0%)	51 (62,2%)
	Défice de Empatia	45 (54,9%)	7 (8,5%)	30 (36,6%)
	Baixa autoestima	2 (2,4%)	80 (97,6%)	-
	Défice nas competências de resolução de problemas	1 (1,2%)	81 (98,8%)	-
	Baixa resistência à frustração	11 (13,4%)	71 (86,6%)	-
	História de institucionalização	2 (2,4%)	80 (97,6%)	-
	Gravidez precoce	1 (1,2%)	81 (98,8%)	-
	Distorções cognitivas	13 (15,9%)	69 (84,2%)	-
	Perturbações Psicológicas	13 (15,9%)	61 (74,4%)	8 (9,8%)
	Desemprego	14 (17,1%)	60 (73,2%)	8 (9,8%)
	Início precoce da vida laboral	3 (3,7%)	79 (96,3%)	-
	Baixo Rendimento	32 (39,0%)	27 (32,9%)	23 (28,0%)
	Crenças/ Convicções	3 (3,7%)	-	79 (96,3%)
	Abuso de Substâncias	13 (15,9%)	67 (81,7%)	2 (2,4%)
	Antecedentes Criminais	13 (15,9%)	66 (80,5%)	3 (3,7%)

Fatores de Risco Familiares na Infância

No que concerne aos fatores de risco de natureza familiar (Tabela 13), verificou-se que a condição socioeconómica precária foi a mais prevalente (n=38; 46,3%), seguida da vivência em famílias numerosas (n=23; 28%) e da baixa supervisão parental (n=21; 25,6%). Para além destes fatores, identificou-se a exposição à violência doméstica na

infância em nove casos (11%) e, em sete situações (8,5%), o crescimento em famílias monoparentais ou sob a tutela de avós. Em sete casos, os pais apresentavam comportamentos associados ao consumo excessivo de álcool ou à toxicodependência, contribuindo para um ambiente familiar disfuncional e foram ainda registadas duas situações de abuso intrafamiliar (2,4%).

A análise revelou uma relação clara entre baixa supervisão parental e vivência em famílias numerosas ($\chi^2(1) = 5,12, p=,024$), o que significa que indivíduos que vivem em famílias com mais membros tendem a experimentar níveis mais baixos de supervisão. Verificou-se também que ofensores oriundos de contextos de baixos rendimentos tinham maior probabilidade de crescer em famílias numerosas, mostrando uma ligação importante entre essas condições ($\chi^2(1) = 8,63, p=0,003$).

Tabela 13

Fatores de Risco Familiares

			Sim	Não	Omisso
			N (%)	N (%)	N (%)
Familiares	Condições socioeconómicas		38 (46,3%)	17 (20,7%)	27 (32,9%)
	precárias				
	Família Numerosa		23 (28,0%)	34 (41,5%)	25 (30,5%)
	Baixa Supervisão Parental		21 (25,6%)	33 (40,2%)	28 (34,1%)
	Crescimento em famílias monoparentais ou com avós		9 (11,0%)	73 (89,0%)	-
	Exposição a violência doméstica		9 (11,0%)	73 (89,0%)	-
	Pais alcoólicos / toxicodependentes		7 (8,5%)	75 (91,5%)	-
	Abuso sexual intrafamiliar		2 (2,4%)	80 (97,6%)	-
	Outros		2 (2,4%)	80 (97,6%)	-

Fatores de Risco Contextuais

No que concerne ao suporte social para o crime, este revelou-se praticamente inexistente (n=1; 1,2%). A exceção prende-se com uma situação em que o ofensor cometeu o crime em contexto de grupo, influenciando por um conjunto de pares com

condutas semelhantes. Neste caso específico, ficou evidente que a prática delituosa terá sido fortemente condicionada pela pertença ao grupo.

Adicionalmente, surgiram indicadores pontuais relacionados com problemáticas sociais onde os indivíduos estão inseridos (n=1; 1,2%), e duas (2,4%) outras, referiam-se à vivência de experiências traumáticas (Tabela 14).

Tabela 14

Fatores de Risco Contextuais

		Sim	Não	Omisso
		N (%)	N (%)	N (%)
Contextuais	Problemáticas sociais	1 (1,2%)	81 (98,8%)	-
	Suporte Social para o crime	1 (1,2%)	78 (95,1%)	3 (3,7%)
	Vivência de situações traumáticas	2 (2,4%)	80 (97,6%)	-

Capítulo IV: Discussão de Resultados

A presente investigação teve como principal objetivo identificar as características e os fatores de risco do abuso sexual de menores tendo, para o efeito, procurado responder aos seguintes objetivos específicos: i) caracterizar sociodemográfica e jurídico-criminualmente os intervenientes em casos de abuso sexual de menores; ii) descrever o *modus operandi* dos ofensores na prática do crime; e iii) identificar os fatores de risco e, em concreto, as necessidades criminógenas de ofensores de abuso sexual de menores.

Neste estudo, os ofensores apresentam características consistentes com a literatura internacional (Briere & Elliott, 2003; Callam et al., 1998; Cullen et al., 2000; Edgarh & Ormstad, 2000; Finkelhor, 1994; Halpérin et al, 1996; Holmes & Slap, 1998; Maikovich-Fong & Jaffee, 2009), ainda que com algumas especificidades locais. Quanto ao sexo, os resultados revelaram uma predominância significativa do sexo masculino (Briere & Elliott, 2003; Edgarh & Ormstad, 2000; Holmes & Slap, 1998; Maikovich-Fong & Jaffee, 2009), o que confirma a hipótese de que “*a maioria dos agressores sexuais de menores é do sexo masculino*”. Em relação à idade, os ofensores apresentaram idades compreendidas entre os 16 e os 81 anos, registando-se uma média de 44,71 anos (DP = 19,25). Este valor de desvio padrão indica uma elevada dispersão, refletindo uma expressiva diversificada etária entre os indivíduos. Estes resultados corroboram os dados apresentados por Mateus (2012), que também identifica uma ampla variabilidade na idade dos ofensores, reportando idades entre os 12 e os 70 anos. Em termos de nacionalidade, constatou-se uma clara predominância de ofensores portugueses, sendo residuais os casos de outras nacionalidades. Esta tendência poderá refletir a composição populacional da área geográfica em estudo. Relativamente à distribuição geográfica, verificou-se uma maior concentração de casos em concelhos como Vila Nova de Gaia e Porto, o que poderá estar associado não só à maior densidade populacional dessas zonas, mas também à localização e abrangência das equipas da DGRSP aí sediadas. Do ponto de vista do estado civil, observou-se uma predominância de indivíduos solteiros, seguidos pelos casados, o que contraria os dados reportados na literatura, onde se aponta uma maior prevalência de ofensores sexuais casados ou a viver em união e facto (Seto et al., 2015).

A caracterização socioeconómica dos ofensores revela uma predominância de contextos marcados por baixos níveis de escolaridade (Habigzang et al., 2005; Becker, 1994) e inserção profissional em setores pouco qualificados, nomeadamente em atividades ligadas à construção civil. Neste estudo, verificou-se uma maioria de ofensores

com baixos níveis de instrução, havendo apenas uma minoria de casos com o ensino superior. Estes resultados estão em consonância com o que é referido na literatura, que identifica uma prevalência de ofensores com escolaridade limitada ao ensino básico ou, em alguns casos, ao secundário (Habigzang et al., 2005; Becker, 1994). No que diz respeito à condição económica, os dados revelaram alguma heterogeneidade, permitindo identificar uma variabilidade nas situações reportadas. Ainda que tenha sido mais frequente a presença de condições socioeconómicas desfavoráveis, esta tendência não se distanciou significativamente dos casos em que os ofensores referiram possuir recursos considerados suficientes, sendo ainda identificadas algumas situações associadas a níveis económicos mais elevados. Estes resultados estão em consonância com a evidência empírica existente, que sugere que os agressores sexuais podem pertencer a qualquer classe socioeconómica (Quinsey & Lalumière, 2001).

Já no que respeita às características das vítimas, o material de acesso às informações, apenas dispunha de dados sobre sexo e idade. Em linha com o que a investigação internacional tem demonstrado (Baptista et al., 2008; Goldman & Padayachi, 1997; Pereira, 2007; Quadara et al., 2015; Sánchez Meca et al., 2011; Seto et al., 2015a; Smallbone & Wortley, 2001), neste estudo verificou-se um claro predomínio de vítimas do sexo feminino, o que confirma uma maior vulnerabilidade das raparigas ao abuso sexual, e com idades compreendidas entre os 5 e 15 anos, com uma média próxima dos 11 anos. Estes dados permitem, por isso, confirmar a hipótese previamente formulada de que “*a maioria das vítimas de abuso sexual são do sexo feminino*”.

Em relação às formas de atuação dos ofensores, verificou-se que a residência do ofensor é o local mais frequente para a consumação do crime. Este dado confirma a hipótese que “*a maioria dos casos de abuso sexual ocorre em casa do arguido*” e está em consonância com diversas investigações anteriores (Baptista et al., 2008; Fávero, 2003; Habigzang et al., 2005; Pineda-Lucatero et al., 2009; Quadara et al., 2015; Seto et al., 2015a; Vasconcelos et al., 2011).

Relativamente à relação entre a vítima e o agressor, os dados obtidos no presente estudo confirmam a hipótese de que “*a maioria das vítimas conhece o seu agressor*”, estando em linha com a literatura internacional Bolen, 2002; Finkelhor, 2009; Hanson et al., 2006). Em grande parte dos casos, os ofensores pertenciam ao círculo familiar da vítima ou eram indivíduos com quem esta mantinha uma relação de proximidade, nomeados vizinhos, amigos da família ou outros adultos de confiança. Nesta linha, confirma-se igualmente a hipótese “*as vítimas do sexo feminino são mais frequentemente*

abusadas por familiares, enquanto as vítimas do sexo masculino são abusadas por indivíduos conhecidos”, reforçando os dados que a literatura tem vindo a mostrar (Coohey, 2010; Cutajar et al., 2010; Gold et al., 1998; Soylu et al., 2016).

No que diz respeito ao *modus operandi* dos ofensores, os resultados indicam uma grande diversidade de estratégias, sendo que a maioria dos casos não envolveu uma estratégia específica, destacando-se o abuso sem recurso a métodos particulares. Embora o uso de força física, ameaça e manipulação tenham sido as estratégias mais comuns encontradas neste estudo, estes dados divergem do que é descrito na literatura, onde se aponta que os ofensores tendem a privilegiar a manipulação ou condicionamento, evitando o uso de agressões físicas ou armas (Kaufman et al., 1996a; Rebocho, 2009). Assim, a hipótese de que “*os ofensores utilizam predominantemente estratégias de manipulação*” é infirmada por esta investigação.

No presente estudo, foram ainda identificados diversos fatores de risco associados ao abuso sexual de menores. Importa, por isso, salientar que, em diversos fatores analisados, a ausência de referência nos processos não pode ser automaticamente interpretada como ausência do fator em si. Com efeito, em diversas situações, não é possível determinar se determinadas características estavam efetivamente ausentes ou se simplesmente não foram documentadas nos processos. Assim, os resultados devem ser interpretados com a devida cautela, tendo em conta as limitações decorrentes da natureza incompleta ou lacunar da informação disponível.

De entre os fatores de risco individuais, a baixa escolaridade destacou-se pela sua elevada prevalência na amostra, confirmando a hipótese “*A maioria dos ofensores apresenta níveis baixos de escolaridade*”. Este fator é reconhecido como um dos preditores mais consistentes, especialmente quando associado ao baixo rendimento escolar e défices cognitivos (Lipsey & Derzon, 1998), como se verificou em três casos.

As distorções cognitivas presentes na amostra, constituem ainda uma das principais necessidades criminógenas dos agressores sexuais, minimizando assim os sentimentos de culpa associados ao comportamento desviante (Hall et al., 1993). Esta minimização encontra-se fortemente associada a um défice de empatia – identificado em mais de metade dos casos – que dificulta o reconhecimento do sofrimento da vítima, reforçando a sua associação com os agressores sexuais (Hall et al., 1993; Hunter et al., 2007). Neste contexto, importa considerar especificamente o papel das crenças e convicções dos ofensores, frequentemente entendidas como expressões concretas dessas mesmas distorções cognitivas. Embora tenham sido raramente identificadas na amostra,

esta reduzida representatividade parece refletir mais as limitações da informação disponível do que uma real ausência dessas crenças. A literatura tem demonstrado que estas crenças funcionam como mecanismos de racionalização do comportamento desviante, permitindo ao ofensor minimizar a gravidade dos seus atos ou, inclusive, transferir a responsabilidade para a vítima (Dodge et al., 1990; Abel, 1989; Murphy, 1990; Stermac & Segal, 1989).

No que respeita às perturbações psicológicas, estas revelaram uma representatividade reduzida na amostra, destacando-se sobretudo casos de ansiedade e a depressão. Apenas um indivíduo foi diagnosticado com perturbação de personalidade antissocial, transtorno que a literatura aponta como o mais comum entre agressores sexuais (Mezquita, 2007). Este resultado difere do esperado e mostra uma diferença importante entre os dados do presente estudo e o que costuma ser encontrado em outras investigações. De forma semelhante, a prevalência de antecedentes criminais também se revelou pouco expressiva (Andrews et al., 2006; Blackburn, 2000). Contudo, a análise estatística permitiu identificar uma associação significativa entre estas duas variáveis ($p=,029$), confirmando a hipótese de que *“ofensores com perturbações psicológicas reportadas têm maior probabilidade de ter antecedentes criminais”*.

De destacar que, neste estudo, a impulsividade apresentou-se com baixa representatividade na amostra, apesar de ser amplamente reconhecida como um fator relevante de reincidência criminal por vários autores (Prentky et al., 1985; Hanson & Morton-Bourgon, 2005). Fazendo a análise da relação entre a impulsividade e a idade e o sexo dos indivíduos, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas idades ($p=,382$) e o sexo ($p=,077$), entre os indivíduos classificados como impulsivos e não impulsivos. Apesar da fraca expressão da impulsividade direta, observou-se uma elevada incidência de isolamento social, sendo identificado como uma manifestação de impulsividade de baixa intensidade (Prentky et al., 1985).

Neste seguimento, também o consumo de substâncias se revelou igualmente pouco frequente. Este resultado está em consonância com o estudo de Peugh e Belenko (2001), que observaram que os abusadores sexuais de crianças tendem a apresentar menores taxas de consumo de álcool ou drogas quando comparados com outros tipos de ofensores sexuais. Também neste domínio, a análise da idade em função da presença ou ausência de abuso de substâncias revelou a inexistência de diferenças estatisticamente relevantes ($p=,089$). Assim, os dados não sustentam a hipótese de que *“ofensores mais jovens apresentam maior impulsividade e abuso de substâncias”*. Em relação aos fatores

socioeconómicos, o desemprego revelou-se menos expressivo na amostra do que outros indicadores, como o baixo rendimento.

No que concerne às experiências na infância, destaca-se a prevalência de condições económicas desfavoráveis, famílias numerosas e baixa supervisão parental, elementos associados na literatura a maiores riscos de desenvolvimento de comportamentos desviantes (Farrington, 2006; Brownfield & Sorenson, 1994). A estes somam-se contextos familiares marcados por episódios de violência intrafamiliar, negligência e separações traumáticas, que evidenciam ambientes precocemente instáveis e desprovidos de figuras protetoras. Estes elementos são amplamente reconhecidos como preditores relevantes do comportamento criminal na idade adulta (Buehler et al., 1997; Farrington, 2005).

Por último, no que diz respeito aos fatores de risco de natureza contextual, como problemáticas sociais e vivências traumáticas, estes revelaram-se pouco expressivos na amostra analisada. De forma semelhante, o suporte social para o crime foi praticamente inexistente. A exceção prendeu-se com uma situação em que o ofensor cometeu o crime em contexto de grupo, influenciando por um conjunto de pares com condutas semelhantes. Neste caso específico, ficou evidente que a prática delituosa terá sido fortemente condicionada pela pertença ao grupo.

Conclusões

O presente estudo teve como objetivo central identificar as principais características e fatores de risco do abuso sexual de menores. Para tal, foi conduzido um estudo de natureza mista, assente na análise documental de processos disponibilizados pela DGRSP. Procurou-se, especificamente, (i) caracterizar sociodemográfica e juridicocriminalmente os intervenientes em casos de abuso sexual de menores; (ii) descrever as formas de atuação dos ofensores durante a prática do crime e (iii) identificar os fatores de risco e, em concreto, as necessidades criminógenas de ofensores de abuso sexual de menores.

Em linhas gerais, este estudo concluiu que a maioria dos ofensores é do sexo masculino, e de idades variáveis. No que diz respeito às vítimas, verificou-se um predomínio do sexo feminino. Na maioria dos casos, a vítima conhecia o agressor, sendo frequente que os abusos ocorressem no domicílio do próprio ofensor. Observou-se ainda que as vítimas do sexo feminino eram mais frequentemente abusadas por familiares, enquanto as vítimas do sexo masculino tendiam a ser abusadas por pessoas conhecidas, mas não familiares diretos.

No plano individual, os principais fatores de risco identificados foram a baixa escolaridade, o défice de empatia, o isolamento social, o baixo rendimento económico e a impulsividade. Relativamente aos fatores familiares na infância, destacam-se a condições socioeconómicas precárias, a vivência em famílias numerosas, baixos rendimentos e a reduzida supervisão parental. Foram também identificadas situações de indivíduos que cresceram em contextos familiares marcados pela ausência de figuras parentais – como famílias monoparentais ou sob a guarda de avós – bem como casos de exposição à violência doméstica, maioritariamente perpetrada pelo pai. Já os fatores de risco de natureza contextual – como problemáticas sociais, vivências traumáticas e suporte social para a prática do crime – revelaram-se, de forma geral, pouco representativos nos casos analisados.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na análise e interpretação dos resultados. No que diz respeito aos fatores de risco, a ausência de referência nos processos judiciais não deve ser automaticamente entendida como inexistência efetiva desses fatores. Em muitos casos, não é possível aferir se determinadas características estavam, de facto, ausentes ou se não foram devidamente documentadas.

A constituição da amostra foi igualmente condicionada pelos critérios de preservação e eliminação dos processos judiciais. Por norma, os processos considerados inativos há mais de cinco anos são eliminados, o que restringe o acesso a informação anterior a 2018. Neste sentido, destaca-se a importância da preservação, digitalização e sistematização dos registos processuais, assegurando o seu arquivamento a longo prazo.

Embora a reincidência não constitua o foco central deste estudo, a escassez de dados acessíveis e organizados limita a possibilidade de aprofundar esta dimensão. No presente trabalho, apenas foi identificado um caso de reincidência, não sendo possível afirmar que tal reflete uma ausência real de repetição de comportamentos ofensivos. A reduzida incidência registada poderá, antes, resultar das limitações associadas à disponibilidade e acessibilidade dos dados.

Torna-se, por isso, essencial investir na preservação, digitalização e sistematização dos registos processuais, assegurando que a informação relevante se mantenha disponível a longo prazo. Apenas através de mecanismos eficazes de conservação documental será possível sustentar, no futuro, investigações mais abrangentes e rigorosas sobre fenómenos complexos como o abuso sexual de menores e a reincidência criminal.

Bibliografia

- Abel, G. G. (1989). Paraphilias. In H. I. Kaplan, & B. J. Sadock (Eds.). *Comprehensive Textbook of Psychiatry*, Vol 1 (5^a ed.). (pp. 1069–1089). Baltimore: Williams & Williams.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5^a ed.). Washington, DC: Author.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (1994). *The psychology of criminal conduct*. Anderson Publishing.
- Andrews, D. A., Guzzo, L., Raynor, P., Rowe, R. C., Rettinger, L. J., Brews, A., & Wormith, J. S. (2012). Are the major risk/ need factors predictive of both female and male reoffending? A test with the eight domains of the Level of Service/Case Management Inventory. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56, 113-133. doi:10 .1177/0306624X10395716
- Andrews, D., Bonta, J. S. & Wormith, J. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & Delinquency*, 52 (11), 7-27.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. Disponível em: [content](#)
- Aroonjit, S. (2020). Risk factors causing sexual crimes. *Interdisciplinary Research Review*, 15(1), 31-35.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2023). *Violência sexual: Informação e apoio à vítima*. <https://apav.pt>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2024). *Estatísticas APAV Totais Nacionais 2024*. [Estatísticas2024](#)
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Characterization of sexual abuse in children and adolescents notified in a Sentinel Program. *Acta Paul Enferm*, 21(4), 602-8.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Becker, J. V. (1994). Offenders: Characteristics and treatment. *The Future of Children*, 4(2), 176–197.

- Beech, A. R., & Ward, T. (2004). The integration of etiology and risk in sex offenders: A theoretical model. *Aggression and Violent Behavior, 10*(1), 31–63.
- Beech, A., Friendship, C., Erikson, M., & Hanson, R. K. (2002). Static and dynamic predictors of reconviction. In *Sexual Abuse A Journal of Research and Treatment*.
<https://www.researchgate.net/publication/241685971>
- Berliner, L., & Conte, J. (1990). The process of victimization: The victims' perspective. *Child Abuse & Neglect, 14*, 29–40.
- Blackburn, R. (1993). Clinical Programs with Psychopaths. In K. Howells & C.R. Hollin (Eds.). *Clinical Approaches to the Mentally Disordered Offender* (pp. 179–208). West Sussex, UK: John Wiley and Sons.
- Blackburn, R. (2000). Risk Assessment and Prediction. In J. McGuire, T. Mason & A. O'Kane (Eds.). *Behaviour, Crime and Legal Processes: A Guide for Forensic Practitioners* (pp.177-199). New York: John Wiley & Sons, Ltd.
- Boer, D., Hart, S., Kropp, R., & Webster, C. D. (1997). *Manual for the Sexual Violence Risk-20*. Vancouver, BC: The Mental Health, Law and Policy Institute and the Simon Fraser University
- Bolen, R. M. (2002). Extrafamilial abuse. In *Child sexual abuse: Its scope and our failure* (pp. 91–112). Springer Publishing Company.
- Briere, J., & Elliott, D. M. (2003). Prevalence and symptomatic sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse & Neglect, 27*(10), 1205–1222.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2003.09.008>
- Brownfield, D. & A. M. Sorenson. (1994). Sibship size and sibling delinquency. *Deviant Behavior: An Interdisciplinary J.* 15, 45–61.
- Budin, L. E., & Johnson, C. F. (1989). Sex abuse prevention programs: Offenders' attitudes about their efficacy. *Child Abuse & Neglect, 13*, 77–87.
- Buehler, C., Anthony, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Gerard, J., & Pemberton, S. (1997). Interparental conflict and youth problem behaviors: A meta-analysis. *Journal of Child and Family Studies, 6*(2), 233–247.
<https://doi.org/10.1023/A:1025670529932>

- Burkhardt, S. A., & Kaley, T. J. (1990). *Treatment and prevention of childhood sexual abuse: A child-generated model*. Sage Publications.
- Burkhardt, S. A., & Rotatori, A. F. (Eds.). (1995). *Treatment and prevention of childhood sexual abuse: A child-generated model*. Taylor & Francis.
- Calam, R., Horne, L., Glasgow, D., & Cox, A. (1998). Psychological disturbance and child sexual abuse: A follow-up study. *Child Abuse & Neglect*, 22(9), 901–913. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(98\)00068-4](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(98)00068-4)
- Camilleri, J. A., & Quinsey, V. L. (2008). Pedophilia: Assessment and treatment. In D. R. Laws & W. T. O'Donohue (Eds.), *Sexual deviance: Theory, assessment and treatment* (pp. 183–212). New York: Guilford Press.
- Cardoso, D. C. I. L., & Caniço, H. P. (2015). *Abuso sexual infantil* [Artigo de revisão]. Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra.
- Carlstedt, A. (2012). *Child sexual abuse: Crimes, victims, offender characteristics, and recidivism* (Tese de doutoramento). University of Gothenburg, Gothenburg, Sweden.
- Chaumier, J. (1971). *As técnicas documentais* (J. de Sampaio, Trad.). Lisboa: PEA.
- Conte, J. R., & Berliner, L. (1993). Sexual abuse evaluations: Conceptual and empirical obstacles. *Child Abuse & Neglect*, 17(1), 111–125. [10.1016/0145-2134\(93\)90012-t](https://doi.org/10.1016/0145-2134(93)90012-t)
- Conte, J., & Berliner, L. (1995). The effects of disclosure and intervention on sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 19(3), 371–384.
- Coohey, C. (2010). Gender differences in internalizing problems among sexually abused adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 34(12), 856–862. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.05.001>
- Creswell, J. W. (2012). *Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research* (4th ed.). Pearson.
- Cullen, B. J., Smith, P. H., Funk, J. B., & Haaf, R. A. (2000). A matched cohort comparison of a criminal justice system's response to child sexual abuse: A profile

- of perpetrators. *Child Abuse & Neglect*, 24(5), 569–577.
[https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00109-5](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00109-5)
- Cutajar, M. C., Mullen, P. E., Ogloff, J. R. P., Thomas, S. D., Wells, D. L., & Spataro, J. (2010a). Psychopathology in a large cohort of sexually abused children followed up to 43 years. *Child Abuse & Neglect*, 34(11), 813–822.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.04.004>
- Daro, D. (1991). Child sexual abuse prevention: Separating fact from fiction. *Child Abuse & Neglect*, 15(1), 1–4.
- Depraetere, J., Vandeviver, C., Van Beken, T., & Keygnaert, I. (2018). *Big boys don't cry: A critical interpretive synthesis of male sexual victimization. Trauma, Violence, & Abuse*, Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/1524838018816979>
- Dodge K. A., Price J. M., Bachorowski J. A. & Newman J. P. (1990). Hostile attributional biases in severely aggressive adolescents. *Journal of Abnormal Psychology* 99, 385-392.
- Doren, D. M. (2002). *Evaluating Sex Offenders: A Manual for Civil Commitments and Beyond*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Edgardh, K., & Ormstad, K. (2000). Prevalence and characteristics of sexual abuse in a national sample of Swedish seventeen-year-old boys and girls. *Acta Paediatrica*, 89(3), 310–319. <https://doi.org/10.1111/j.1651-2227.2000.tb01333.x>
- Elliott, M., Browne, K., & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: What offenders tell us. *Child Abuse & Neglect*, 19(5), 579–594.
- Ellis, L. (1988). Criminal behavior and r/K selection: an extension of gene-based evolutionary theory. *Personality and Individual Differences*, 9, 697-708.
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2014). *Violence against women: An EU-wide survey – Main results*. Publications Office of the European Union.
<https://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-eu-wide-survey-main-results>
- Eurostat. (2025). *Crime statistics: The number of sexual violence offences increased during 2013–2023*. European Commission.

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Crime_statistics#The_number_of_sexual_violence_of_fences_increased_during_2013-2023

- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12(3), 177–190. <https://doi.org/10.1002/cpp.448>
- Farrington, D. P. (2006). *Key results from the first forty years of the Cambridge Study in Delinquent Development*. In T. P. Thornberry & M. D. Krohn (Eds.), *Taking stock of delinquency: An overview of findings from contemporary longitudinal studies* (pp. 137–183). Springer. https://doi.org/10.1007/0-306-47945-1_5
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais a Menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Finkelhor, D. (1984). *Childhood and trauma: Separation, Abuse, War*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Finkelhor, D. (1986). *A Sourcebook on child sexual abuse*. Newbury Park, CA: Sage.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18(5), 409–417. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0145-2134(94)90026-4)
- Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children*, 19, 169–194.
- Finkelhor, D., & Browne, A. (1985). The traumatic impact of child sexual abuse: A conceptualization. *American Journal of Orthopsychiatry*, 55(4), 530–541. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x>
- Finkelhor, D., & Dziuba-Leatherman, J. (1994). Children as victims of violence: A national survey. *Pediatrics*, 94(4), 413–420. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7936846>
- Finkelhor, D., & Strapko, N. (1992). Sexual abuse prevention education: A review of evaluation studies. In D. J. Willis, E. W. Holden, & M. Rosenberg (Eds.), *Prevention of child maltreatment: Developmental and ecological perspectives* (pp. 150–167). Wiley.

- Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. A., & Smith, C. (1990). Sexual abuse in a national survey of adult men and women: Prevalence, characteristics, and risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 14(1), 19–28. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(90\)90077-7](https://doi.org/10.1016/0145-2134(90)90077-7)
- Finkelhor, D., Ormrod, R., & Turner, H. (2009). Lifetime assessment of poly-victimization in a national sample of children and youth. *Child Abuse & Neglect*, 33(7), 403–411. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.09.012>
- Fonseca, F. R. (2018). Atos Sexuais: Distinções penalmente relevantes (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito, Porto.
- Furby, L., Weinrott, M. R., & Blackshaw, L. (1989). Sex offender recidivism: A review. *Psychological Bulletin*, 105(1), 3–30. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.105.1.3>
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. (S. Goldfeder & M.C.C. Gomes, Trad.) São Paulo: Summus Editorial. (Trabalho original publicado em 1992).
- Gannon, T. A., Rose, M. R., & Ward, T. (2008). A descriptive model of the offense process for female sexual offenders. *Sexual Abuse*, 20(3), 352–374. <https://doi.org/10.1177/1079063208322495>
- Garaigordobil, M., & Galdeano, P. G. De. (2006). Empatía en niños de 10 a 12 años. *Psicothema*, 18(2), 180–186.
- García, M. M., Illescas, S. R., Ramírez M. P. & Forero, C. G. (2008). Empatía en una muestra española de delincuentes sexuales. *Psicothema*, 20(2), 199-204.
- Gardin, J. C., et al. (1981). *La logique du plausible: essais d'épistémologie pratique*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviors and Experiences: A Meta-Analytic and Theoretical Review. *Psychological Bulletin*, 128, 539-579.

- Gershoff, E., Lansford, J., Sexton, H., Davis-Kean, P. & Sameroff, A. (2012). Longitudinal Links Between Spanking and Children's Externalizing Behaviors in a National Sample of White, Black, Hispanic, and Asian American Families. *Child Development*, 83, 838-843.
- Gold, S. N., Elhai, J. D., Lucenko, B. A., Swingle, J. M., & Hughes, D. M. (1998). Abuse characteristics among childhood sexual abuse survivors in therapy: A gender comparison. *Child Abuse & Neglect*, 22(10), 1005–1012. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9793723>
- Goldman, J. D. G., & Padayachi, U. K. (1997). The prevalence and nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse & Neglect*, 21(5), 489–498. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(97\)00008-2](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(97)00008-2)
- Gomes-Schwartz, B., Horowitz, J. M., & Cardarelli, A. P. (1990). *Child sexual abuse: The initial effects*. Sage Publications.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Grieger, L., & Hosser, D. (2014). Which Risk Factors are Really Predictive?: An Analysis of Andrews and Bonta's "Central Eight" Risk Factors for Recidivism in German Youth Correctional Facility Inmates. *Criminal Justice and Behavior*, 41(5), 613–634. <https://doi.org/10.1177/0093854813511432>
- Guimarães, J. A. C. (2003). A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: Elementos históricos e conceituais. In G. M. Rodrigues & I. L. Lopes (Orgs.), *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação* (pp. 100–118). Brasília: Thesaurus.
- Guimarães, J. A. C. (2009). A análise documental: da representação à interpretação. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*, 3, 105–117. <https://doi.org/10.54886/ibersid.v3i.3730>
- Haapasalo, J., & Pokela, E. (1999). Child-rearing and child abuse antecedents of criminality. *Aggression and Violent Behavior*, 4, 107-127.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos*.

- Hall, G. C. N., & Hirschman, R. (1991). Toward a theory of sexual aggression: A quadripartite model. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(5), 662–669.
- Hall, G., Shondrick, D. & Hirschman, R. (1993). The role of sexual arousal in sexually aggressive behaviour: A meta-analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 1091–1095.
- Halpérin, D., Bouvier, P., Jaffe, P. D., Mounoud, R. L., Pawlak, C. H., Laederach, J., Hohlfeld, P. (1996). Prevalence of child sexual abuse among adolescents in Geneva: Results of a cross-sectional survey. *BMJ*, 312(7042), 1326–1329.
<https://doi.org/10.1136/bmj.312.7042.1326>
- Hanson, K., & Bussiere, M. (1998). Predicting relapse: A meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 348–362.
- Hanson, K., Gordon, A., & Harris, A. (2002). First report on a collaborative outcome data project on the effectiveness of psychological treatment for sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(2), 169–194.
- Hanson, R. F., Self-Brown, S., Fricker-Elhai, A., Kilpatrick, D. G., Saunders, B. E., & Resnick, H. S. (2006). The relationship between family environment and violence exposure among youth: Findings from the National Survey of Adolescents. *Child Maltreatment*, 11(1), 3–15. [10.1177/1077559505279295](https://doi.org/10.1177/1077559505279295)
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. E. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: A meta-analysis of recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(6), 1154–1163. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.6.1154>
- Hanson, R. K., & Thornton, D. (2000). Improving risk assessments for sex offenders: A comparison of three actuarial scales. *Law and Human Behavior*, 24, 119–136.
- Hislop, J. (2001). *Female sex offenders: What therapists, law enforcement, and child protective services need to know*. Ravensdale, WA: Issues Press/Idyll Arbor.

- Holmes, W. C., & Slap, G. B. (1998). Sexual abuse of boys: Definition, prevalence, correlates, sequelae, and management. *Journal of the American Medical Association*, 280(21), 1855–1862. <https://doi.org/10.1001/jama.280.21.1855>
- Howitt, D. (2009). *Introduction to Forensic & Criminal Psychology*. (3^a ed). Londres: Pearson Education.
- Hunter, J. A., Figueredo, A., Becker, J., & Malamuth, N. (2007). Non-sexual delinquency in juvenile sexual offenders: the mediating and moderating influences of emotional empathy. *Journal of Family Violence*, 22, 43-54.
- Instituto Nacional de Estatística & Direção-Geral da Política de Justiça. (2024). *Violência na infância: O que dizem os números – 2023*. INE. <https://www.ine.pt/xurl/pub/437141663>
- Jamiler Hutasoit, H. T., Arviandi, R., & Lubis, A. (2024). Child sexual abuse. *International Journal of Research and Practice*, 144(1). <https://doi.org/10.47119/ijrp1001441320246154>
- Johnson, R. B., & Christensen, L. (2014). *Educational research: Quantitative, qualitative, and mixed approaches* (5th ed.). SAGE Publications.
- Kaufman, K. L., Holmberg, J. K., Orts, K. A., McCrady, F. E., Rotzien, A. L., Daleiden, E. L., & Hilliker, D. R. (1998). Factors influencing sexual offenders' modus operandi: An examination of victim-offender relatedness and age. *Child Maltreatment*, 3, 349–361.
- Kim, H., Capaldi, D., Pears, K., Kerr, D. & Owen, L. (2009). Intergenerational transmission of internalising and externalising behaviours across three generations: gender specific pathways. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 19, 125-141.
- Kolvin, J., Miller, F., Fleeting, M. & Kolvin, P. (1988). Social and parenting factors affecting criminal-offense rates. Findings from the Newcastle Thousand Family Study. *British Journal of Psychiatry*, 52, 80-90.
- Lawson, C. (1993). Mother-son sexual abuse: Rare or underreported? A critique of the research. *Child Abuse & Neglect*, 17(2), 261–269. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(93\)90045-7](https://doi.org/10.1016/0145-2134(93)90045-7)

- Leeb, R. T., Paulozzi, L., Melanson, C., Simon, T., & Arias, I. (2008). *Child maltreatment surveillance: Uniform definitions for public health and recommended data elements (Version 1.0)*. Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control. https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/cm_surveillance-a.pdf
- Libório, R. M. C., & Castro, B. M. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: As intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In M. A. Ungaretti & E. R. Melo (Eds.), *Criança e adolescente: Direitos, sexualidades e reprodução* (1ª ed., pp. 19–41). São Paulo, Brasil: ABMP.
- Lipsey, M. W., & Derzon, J. H. (1998). Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood: A synthesis of longitudinal research. In R. Loeber and D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 86-105). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lobo, C. (2019). Abuso sexual infantil: Consequências psicossociais do crime e a revitimização provocada pela inquirição à vítima. *Revista Jurídica do MPRO*, 16.
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, & Farrington, D. P. (2008). The Pittsburgh Youth Study: it designs, data collection, and early key findings. In R. Loeber, D. P. Farrington, M. Southamer-Loeber, & H. R. White (Eds.), *Violence and Serious Theft: Development and Prediction from Childhood to Adulthood* (pp. 25-37), New York: Routledge.
- Maikovich-Fong, A. K., & Jaffee, S. R. (2009). Sex differences in childhood sexual abuse characteristics and victims' emotional and behavioural problems: Findings from a national sample of youth. *Child Abuse & Neglect*, 34(6), 429–437. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.10.006>
- Maltz, M.D. (1984). *Recidivism*. Massachusetts: Academic Press.
- Mann, R. E., Hanson, R. K., & Thornton, D. (2010). Assessing risk for sexual recidivism: Some proposals on the nature of psychologically meaningful risk factors. *Sexual Abuse*, 22(2), 191–217. <https://doi.org/10.1177/1079063210366039>

- Margolin, G., Vikerman, K., Ramos, M., Serrano, S., Gordis, B., Iturralde, E., Oliver, P. & Spies, L. (2009). Youth exposed to violence: stability, coocurrence, and context. *Clinical Child Family Psychology Review*, 12, 39-54.
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (8ª edição). Lisboa: ReportNumber
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (2016). *Designing qualitative research* (6ª ed). London: Sage Publications.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. Em W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 257–271). Plenum Press.
- Marshall, W. L., & Serran, G. (2000). Current issues in the assessment and treatment of sexual offenders. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 85-96.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E. & Nosek, K. (2012). *Empathy in sexual offenders*. Oregon, Estados Unidos da América: ATSA.
- Martins, C., & Jorge, M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: Perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 19(2), 246–255.
- Mateus, M. (2012). *Prevalência de abuso sexual em crianças portuguesas* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada].
- Mathews, R., Matthews, J. K., & Speltz, K. (1989). *Female sexual offenders: An exploratory study* (Relatório n.º NCJ 137343). National Center on Institutions and Alternatives. <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/female-sexual-offenders-exploratory-study>
- McGrath, A., & Thompson, A. P. (2012). The relative predictive validity of the static and dynamic domain scores in risk-need assessment of juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 39, 250-263. doi:10.1177/0093854811431917
- Melton, G. B. (1992). Foreword. In S. K. Wurtele & C. L. Miller-Perrin (Eds.), *Preventing child sexual abuse: Sharing the responsibility* (pp. ix–xi). University of Nebraska Press.

- Mezquita, B. V. (2007). *Manual de psicología forense*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Moreira, A. R. S. B. (2022). *O risco de Reincidência: Análise de uma Amostra de Reclusos Reincidentes Portugueses*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Murphy, W. D. (1990). Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender. In W. Marshall, D. Laws, & H. Barbaree (Ed). *Assessment and modification of cognitive distortions in sex offenders* (pp.331-342). New York: Plenum Press.
- Murray, L. K., Nguyen, A., & Cohen, J. A. (2014). Child sexual abuse. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 23(2), 321–337. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2014.01.003>
- National Center on Child Abuse and Neglect . (1978). Special Report Child Sexual Abuse: Incest assault and sexual exploitation (DHHS Pub. No. OHDS 79–30166). Washington, DC: Author.
- Neilson, T. (1983). Sexual abuse of boys: Current perspectives. *The Personnel and Guidance Journal*, 62, 139–142.
- Oliveira, C. M. de. (2017). *O problema do consentimento: Particularidades à luz do artigo 171.º, n.º 2 do Código Penal* (Dissertação de mestrado não editada). Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Oliveira, S, M. M. (2016). *O Modus Operandi de agressores sexuais adultos: diferenças entre agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos*. (Dissertação de Mestrado não editada). Instituto de Ciências de Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.
- Ordem dos Psicólogos. (2023). Vamos falar sobre abuso sexual. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/opp_vamosfalarsobreabusosexual_documento.pdf
- Organização das Nações Unidas. (1993). *Declaration on the elimination of violence against women*. <https://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/>
- Organização Mundial da Saúde. (1999). *World report on violence and health*. [9241545615_eng.pdf](https://www.who.int/publications-detail/9241545615_eng)

- Organização Mundial da Saúde. (2002). *World report on violence and health*. [9241545615_eng.pdf](#)
- Payne, J. (2007). Recidivism in Australia?: Findings and Future Research. (Research and Public Policy Series, nº 80). Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Pérez, R. (1992). *El análisis documental: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa*. Universidad de Granada.
- Peters, S., Wyatt, G., & Finkelhor, D. (1986). Prevalence. In D. Finkelhor (Ed.), *Sourcebook on child sexual abuse* (pp. 90–105). Sage Publications.
- Peugh, J., & Belenko, S. (2001). Examining the substance use patterns and treatment need of incarcerated sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13(3), 179-195.
- Pineda-Lucatero, A. C., Trujillo-Hernández, B., Millán-Guerrero, R. O., & Vásquez, C. (2009). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: Care, Health & Development*, 35(2), 184-89.
- Prentky, R. A., Cohen, M., & Seghorn, T. (1985). Development of a rational taxonomy for the classification of rapists: The Massachusetts treatment center system. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 13, 39-70.
- Quadara, A., Nagy, V., Higgins, D., & Siegel, N. (2015). *Conceptualizing the prevention of child sexual abuse: Final report* (Research report number 33). Melbourne: Australian Institute of Family Studies.
- Quinsey, V. L., & Lalumière, M. L. (2001). *Assessment of sexual offenders against children* (2.^a ed.). Sage Publications.
- Quinsey, V. L., Harris, G. T., Rice, M. E., & Cormier, C. (1998). *Violent offenders: Appraising and managing risk*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Quinsey, V. L., Lalumière, M. L., Rice, M. E., & Harris, G. T. (1995). Predicting sexual offenses. In J. C. Campbell (Ed.), *Assessing dangerousness: Violence by sexual offenders, batterers, and child abusers* (pp. 114–137). Sage Publications, Inc.

- Relatório Anual de Segurança Interna. (2024). *Relatório Anual de Segurança Interna 2024*. [ficheiro.aspx](#)
- Ribeiro, M. A., Reis, J. N., & Ferriani, M. G. C. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456–464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200013>
- Roberts, C. F., Doren, D. M., & Thornton, D. (2002). Dimensions associated with assessments of sex offender recidivism risk. *Criminal Justice and Behavior*, 29(5), 569–589. <https://doi.org/10.1177/009385402236733>
- Roberts, J. V., & Doob, A. N. (1986). *Sentencing: An analysis of the public's view of sentencing in Canada*. Canadian Journal of Criminology, 28(4), 411–430.
- Ruggiero, K., McLeer, S., & Dixon, J. (2000). Sexual abuse characteristics associated with survivor psychopathology. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 951–964. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00147-5](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00147-5)
- Salter, A. C. (2003). *Predators: Pedophiles, rapists, and other sex offenders: Who they are, how they operate, and how we can protect ourselves and our children*. Basic Books.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2014). Metodologia de la Investigacion (6ª edição). México: Mcgraw-Hill.
- Sánchez-Meca, J., Rosa-Alcázar, A.I., & López-Soler, C. (2011). The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 11(1), 67-93.
- Saunders, B. E., Berliner, L., & Hanson, R. F. (1999). Child physical and sexual abuse: Guidelines for treatment. *U.S. Department of Health and Human Services*.
- Saunders, B. E., Kilpatrick, D. G., Hanson, R. F., Resnick, H. S., & Walker, M. E. (1999). Prevalence, case characteristics, and long-term psychological correlates of child rape among women: A national survey. *Child Maltreatment*, 4(3), 187–200. <https://doi.org/10.1177/1077559599004003001>
- Schmucker, M., & Lösel, F. (2015). The effects of sexual offender treatment on recidivism: an international meta-analysis of sound quality evaluations. *Journal of*

Experimental Criminology, 11(4), 597–630. <https://doi.org/10.1007/s11292-015-9241-z>

Sellin, T. (1940). *The criminality of youth*. American Law Institute.

Sequeira, M. J. R. (2013). *Abuso sexual infantil – O processo de revelação do abuso sexual: Reações paternas*. (Dissertação de Mestrado não editada), ISPA, Lisboa.

Serafim, A. P. M., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 105–111. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832009000300003>

Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015a). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, 42–57.

Seto, M. C., Stephens, S., Lalumière, M. L., & Cantor, J. M. (2015). The Revised Screening Scale for Pedophilic Interests (SSPI-2): Development and criterion-related validation. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 27(1), 1–17. [10.1177/1079063215612444](https://doi.org/10.1177/1079063215612444)

Silva, C. C. P., Pinto, D. D. M., & Milani, R. G. (2013). *Pedofilia, quem a comete? Um estudo bibliográfico do perfil do agressor*. Paraná, Brasil: CESUMAR.

Smallbone, S. W., & Wortley, R. K. (2001). *Child sexual abuse: Offender characteristics and modus operandi*, n.º 193. Canberra: Australian Institute of Criminology Trends and Issues in Crime and Criminal Justice.

Smallbone, S., & Wortley, R. (2000). *Child sexual abuse in Queensland: Offender characteristics and modus operandi*. Queensland Crime Commission and Queensland Police Service.

Soylu, N., Ayaz, M., Gokten, E. S., Alpaslan, A. H., Donmez, Y. E., Ozcan, O. O., ... Tufan, A. E. (2016). Gender differences in sexually abused children and adolescents: A multicenter study in Turkey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25(4), 415–427. <https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1143073>

Stermac L. E. & Segal Z. V. (1989). Adult sexual contact with children: an examination of cognitive factors. *Behaviour Therapy*, 20, 573–584.

- Summit, R. (1983). The sexual abuse accommodation syndrome. *Child Abuse & Neglect*, 7, 177–193.
- Tavares, H., & Alarcão, G. (2008). Psicopatologia da Impulsividade. In C. N. Abreu, C. N., Tavares, H. & Cordás, T. A., (Eds.). *Manual Clínico dos Transtornos do Controle dos Impulsos* (pp. 19-36). Porto Alegre: Artmed.
- Tobach, E., Gianutos, J., Topoff, H. R., & Gross, C. G. (1974). *The four horsemen: Racism, sexism, militarism and social Darwinism*. New York: Behavioral Publications.
- Trindade, J., & Breier, R. (2010). Pedofilia: aspectos psicológicos e penais.
- Trindade, L. C., Linhares, S. M. G. M., Vanrell, J., Godoy, D., Martins, J. C., & Barbas, S. M. (2014). Sexual violence against children and vulnerability. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 60(1), 70–74. <https://doi.org/10.1590/1806-9282.60.01.015>
- União de Mulheres Alternativa e Resposta. (2021). *Relatório sobre Violência Sexual em Portugal: os casos noticiados na imprensa nacional em 2021*. [3796716d-8b90-4a42-a1ff-b222ca19bde2](https://doi.org/10.37967/16d-8b90-4a42-a1ff-b222ca19bde2)
- Valzelli, L. (1981). *Psychobiology of aggression and violence*. New York: Raven.
- Vasconcelos, A., Cardoso, B. M., Barros, M., Almeida, H. (2011). Abordagem da criança vítima de maus tratos na Urgência Pediátrica - 5 anos de experiência do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca. *Acta Pediátrica Portuguesa*, 42 (1), 8-11.
- Ward, T., & Beech, A. (2016). The integrated theory of sexual offending- revised: A multifield perspective. Em D. P. Boer (Ed.), *The Wiley Blackwell Handbook on assessment, treatment and theories of sexual offending, Volume 1* (Vol. 1). Wiley.
- Ward, T., & Sorbello, L. (2003). Explaining child sexual abuse. In T. Ward, D. R. Laws, & S. M. Hudson (Eds.), *Sexual deviance: Issues and controversies* (pp. 3–20). Sage Publications.
- Ward, T., Fon, C., Hudson, S. M., & McCormack, J. (1998). A descriptive model of dysfunctional cognitions in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 129–155.

- Weiss, K. (2010). Male sexual victimization: Examining men's experiences of rape and sexual assault. *Men and Masculinities*, 12(3), 275–298. <https://doi.org/10.1177/1097184X08322632>
- Wells, L. E., & Rankin, J. H. (1991). Families and delinquency: A meta-analysis of the impact of broken homes. *Social Problems*, 38(1), 71–93. <https://doi.org/10.2307/800640>
- West, D. J., & Farrington, D. P. (1973). *Quem se torna delinquente?* Londres: Heinemann.
- Willbach, H. (1942). What Constitutes Recidivism. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 33 (1), 32, 37. <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/jclc>
- Williams, L. C. de A., & Araújo, E. A. C. (Orgs.). (2011). *Prevenção do abuso sexual infantil: Um enfoque interdisciplinar* (2ª reimpr.). Editora Juruá.
- Wurtele, S. K., & Miller-Perrin, C. L. (1992). *Preventing child sexual abuse: Sharing the responsibility*. University of Nebraska Press.
- Zgoba, K. M., & Simon, L. M. J. (2005). Recidivism rates of sexual offenders up to 7 years later does treatment matter? In *Criminal Justice Review* (Vol. 30, Issue 2, pp. 155–173). <https://doi.org/10.1177/0734016805284146>

Legislação Consultada

- Código penal anotado: (arts. ° 131.º a 386). 3.ª ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2000. ISBN 972-51-0876-0. Vol. 2.
- Código Penal Português. Decreto-Lei n.º48/95, de 15 de março. *Diário da República* n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-15. Ministério Da Justiça. Disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675>.
- Lafayette, A., & Pereira, V. de S. (2014). *Código Penal: anotado e comentado – legislação conexa e complementar* (2.ª ed.). Quid Juris.

Anexos

Anexo 1 – Grelha de Análise dos Processos da DGRSP

INFORMAÇÃO RELATIVA AOS PROCESSOS DA DGRSP

Nº do processo criminal: _____ Nº identificativo do arguido: _____

Data da decisão: _____

INFORMAÇÃO RELATIVA AO INDIVÍDUO

Sexo do indivíduo: ☐Feminino ☐Masculino ☐Dado Omisso

Idade à data de reclusão: _____ anos ☐Dado Omisso

Nacionalidade: ☐Portuguesa ☐Outra, Qual: _____ ☐Dado Omisso

Área de Residência: _____ ☐Dado Omisso

Ano de escolaridade completo: _____ ☐Dado Omisso

Situação profissional à data da reclusão: ☐Empregado/a, Qual: _____

☐Desempregado/a ☐Reformado/a ☐Estudante ☐Dado Omisso

Estado Civil: ☐Solteiro/a ☐Casado/a ☐União de facto ☐Divorciado/a ☐Viúvo/a

☐Dado Omisso

Condição Familiar do indivíduo: _____

_____ ☐Dado Omisso

Condição Económica do indivíduo: _____

_____ ☐Dado Omisso

Existência de Patologias/ Problemas de saúde: ☐Sim, Quais: _____

_____ ☐Não ☐Dado Omisso

Consumo de Substâncias Psicoativas: ☐Sim, Quais: _____

_____ ☐Não ☐Dado Omisso

Tratamento/ Intervenção Psicológica: ☐Sim ☐Não ☐Dado Omisso

INFORMAÇÃO RELATIVA AO CRIME PRIMÁRIO

Tipo da decisão: ☐ Suspensão da execução da pena ☐ Pena Privativa da Liberdade
☐ Suspensão Provisória do processo ☐ Medida de segurança ☐ Suspensão da execução do internamento ☐ Prisão Preventiva ☐ Dado Omisso

Tempo de Condenação: _____ ☐ Dado Omisso

Data da decisão: _____ ☐ Dado Omisso

Crimes Conexos: ☐ Sim, Quais: _____
_____ ☐ Não ☐ Dado Omisso

Acusação: _____ ☐ Dado Omisso

Características relativas ao crime

Local do crime: _____ ☐ Dado Omisso

Quem apresentou queixa: _____ ☐ Dado Omisso

Presença de testemunhas: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Motivações para o crime: _____

_____ ☐ Dado Omisso

Modus Operandi: _____

_____ ☐ Dado Omisso

Características relativas à Vítima

Número de vítimas: _____ ☐ Dado Omisso

Relação com a vítima: ☐ Familiar, Quem: _____
☐ Conhecida, Quem: _____ ☐ Desconhecida
☐ Dado Omisso

Meio de acesso à vítima: ☐ Relacionamento de confiança/proximidade ☐ Redes Sociais/ Plataformas digitais ☐ Outro: _____
☐ Dado Omisso

Idade da vítima: _____ ☐ Dado Omisso

Sexo da vítima: _____ ☐ Dado Omisso

INFORMAÇÃO RELATIVA À REINCIÊNCIA

Reincidente: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Data da reincidência: _____ ☐ Dado Omisso

Intervalo de tempo até à reincidência: _____ ☐ Dado Omisso

Tipo da decisão: ☐ Suspensão da execução da pena ☐ Pena Privativa da Liberdade

☐ Suspensão Provisória do processo ☐ Medida de segurança ☐ Suspensão da execução do internamento ☐ Prisão Preventiva ☐ Dado Omisso

Tempo de Condenação: _____ ☐ Dado Omisso

Data da decisão: _____ ☐ Dado Omisso

Crimes Conexos: ☐ Sim, Quais: _____

_____ ☐ Não ☐ Dado Omisso

Acusação: _____ ☐ Dado Omisso

Características relativas ao crime

Local do crime: _____ ☐ Dado Omisso

Quem apresentou queixa: _____ ☐ Dado Omisso

Presença de testemunhas: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Motivações para o crime: _____

_____ ☐ Dado Omisso

Modus Operandi: _____

_____ ☐ Dado Omisso

Características relativas à Vítima

Número de vítimas: _____ ☐ Dado Omisso

Relação com a vítima: ☐ Familiar, Quem: _____

☐ Conhecida, Quem: _____ ☐ Desconhecida

☐ Dado Omisso

Meio de acesso à vítima: ☐ Relacionamento de confiança/proximidade ☐ Redes

Sociais/ Plataformas digitais ☐ Outro: _____

☐ Dado Omisso

Idade da vítima: _____ ☐ Dado Omisso

Sexo da vítima: _____ ☐ Dado Omisso

INFORMAÇÃO RELATIVA AOS FATORES DE RISCO

Fatores de Risco na Infância:

Família Numerosa: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Baixa Supervisão Parental: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Família com Baixos Rendimentos: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

☐ Outro, _____

Fatores de Risco Individuais:

Baixa Escolaridade: ☐ Sim, Desempenho Escolar: _____

☐ Não ☐ Dado Omisso

Desemprego: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Baixo Rendimento Económico: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Crenças/Convicções: ☐ Sim, Quais: _____

☐ Não ☐ Dado Omisso

Défice de Empatia: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Perturbações Psicológicas: ☐ Sim, Quais: _____

☐ Não ☐ Dado Omisso

Impulsividade: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Abuso de Substâncias: ☐ Sim, Quais: _____

☐ Não ☐ Dado Omisso

Antecedentes Criminais: ☐ Sim, Quais: _____

☐ Não ☐ Dado Omisso

Isolamento: ☐ Sim ☐ Não ☐ Dado Omisso

Outro, _____

Suporte Social para o crime: ☐ Sim, Qual: _____

☐ Não ☐ Dado Omisso